



Índice

- 01** Justiça nega recurso da Norte Energia por descumprimento de acordo com indígenas
- 02** Programa federal será apresentado à comunidade quilombola de Tamanduá
- 03** Presidenta Dilma Rousseff fortalece Programa Brasil Quilombola com o anúncio de uma série de políticas públicas
- 04** Coluna da Ouvidoria - A consciência dos quilombolas
- 05** Distritos indígenas receberão reforço do Mais Médicos na próxima semana
- 06** Portaria garante presença de índios em reuniões sobre destinação de verbas da saúde
- 07** Norte Energia deve pagar multa por descumprir acordo com indígenas
- 08** Cimi faz reflexão da morte de Ambrósio Kaiowá e conflitos no MS
- 09** Mais de mil indígenas protestam nesta quarta, 4, contra minuta do Ministério da Justiça que altera demarcação
- 10** MMA sai em defesa dos pescadores artesanais da região Sul do Brasil
- 11** Pescador que trabalha de forma regular receberá selo do governo
- 12** Durante manifestação, indígenas entregam carta a Dilma e Cardozo
- 13** Índios protestam em Brasília contra mudança no processo de demarcação de terras
- 14** Desta vez é uma vitória! Júri de Manoel Mattos é adiado para garantir



imparcialidade e segurança aos participantes

- 15** Nós, os europeus
- 16** Ativista critica omissão contra abusos policiais
- 17** Prae participa de ação social na comunidade Quilombola na Vila da Quinta
- 18** Após anos de disputa, MT tem primeira desapropriação com objetivo social
- 19** Governo do Maranhão entrega títulos de terra a quilombolas
- 20** Em manifestação, índios tentam subir rampa do Palácio do Planalto
- 21** Índios e produtores de MS aguardam solução para disputa de terras
- 22** Entidades convocam para ato em apoio aos direitos dos indígenas
- 23** Após 50 dias, ministro atende índios e demite coordenador da Sesai
- 24** Governo quer "meio-termo" contra conflito indígena
- 25** MJ debate portaria para soluções dos conflitos indígenas
- 26** Fazendeiros continuam com leilão para financiar combate aos índios na luta por terras em MS
- 27** Terras indígenas, minuta vai atrasar diz Padre Ton
- 28** Latuff e o direito dos índios à terra
- 29** Adeus Terras Indígenas, por Egon Heck
- 30** Audiência pública sobre saúde pode ter presença de deputados e do ex-prefeito Nelsinho Trad
- 31** Pregão para arrecadar recursos contra invasões indígenas pode chegar a R\$ 3



milhões

- 32** Secretaria da Mulher reúne comunidades quilombolas e poder público para dialogar sobre plano de ações



Justiça nega recurso da Norte Energia por descumprimento de acordo com indígenas
SÍTIO CANAL ENERGIA, 03.12.2013

Empresa terá que pagar R\$ 500 mil por não cumprir compromisso firmado com indígenas e ribeirinhos

A Norte Energia teve recurso negado na última semana contra decisão que determinou o pagamento de multa diária de R\$ 500 mil por descumprimento de acordo firmado com indígenas e ribeirinhos em audiência de conciliação sobre a usina de Belo Monte. A decisão, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, acata parecer do Ministério Público Federal.

A audiência foi realizada em outubro de 2012, com o intuito de solucionar situação de conflito, quando indígenas e ribeirinhos invadiram o canteiro de obras da hidrelétrica. Para chegar a um consenso, a Norte Energia comprometeu-se a viabilizar a realização de visitas dos indígenas aos canteiros de obras da usina, entregar unidades de proteção territorial e implementar de maneira efetiva o Programa de Atividades Produtivas, com a finalidade de prover meios de renda aos membros das aldeias. Os indígenas cumpriram sua parte no acordo e desocuparam a região.

Em razão do descumprimento do acordo por parte da empresa, inclusive de obrigações impostas no processo de licenciamento, o MPF foi à Justiça pedir a condenação da Norte Energia ao cumprimento das obrigações assumidas. O juiz de primeiro grau acatou o pedido do MPF e determinou ao consórcio que comprovasse em 30 dias a satisfação das obrigações, sob pena de multa, que foi considerada muito elevada pela Norte Energia, o que originou o recurso ajuizado no TRF da 1ª Região. O Tribunal, no entanto, rejeitou o pedido.

O parecer enviado à Corte pelo Ministério Público Federal foi contra o recurso e a favor das comunidades. A procuradora regional da República Eliana Torelly alerta que as obras realizadas, bem como o descumprimento das obrigações assumidas pela Norte Energia, têm grande impacto na vida, na cultura e na manutenção das inúmeras comunidades indígenas envolvidas e atingidas pelo empreendimento. Ela defende que a multa de R\$ 500 mil fixada na decisão é proporcional e razoável, tendo em vista a elevada capacidade financeira do consórcio e o fato de que a conduta da Norte Energia vem causando danos irreparáveis às comunidades indígenas e ribeirinhas atingidas.

Programa federal será apresentado à comunidade quilombola de Tamanduá
SÍTIO JORNAL MINUANO, 03.12.2013

A Emater de Aceguá e a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo realizam hoje,



a partir das 9h30min, na comunidade quilombola de Tamanduá, uma reunião para apresentar o programa de Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). No local serão mostradas as formas de ter acesso ao programa e a documentação necessária para a adesão.

De acordo com a extensionista social da Emater do município, Luana Lucas Alves, cerca de 10 casas serão construídas nesta comunidade. Ela comenta que em 2012, 13 famílias da Vila da Lata foram beneficiadas com o programa e as casas estão em fase de conclusão.

Luana comenta que a Emater auxilia as famílias na organização dos documentos. Para a extensionista a construção das novas residências melhora a autoestima da comunidade porque atualmente a maioria das casas ou é de santa-fé ou tem condições precárias de moradia. "Para a maioria das famílias é um sonho ter uma casa de material", disse.

O que é?

O PNHR, criado no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), tem como objetivo subsidiar a produção de unidade habitacional aos agricultores familiares e trabalhadores rurais para a aquisição de material de construção, para a construção, conclusão ou reforma/ampliação da unidade habitacional em área rural. O programa abrange todos os municípios nacionais, independentemente do número de habitantes.

Os recursos para produção da unidade habitacional são oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) e são concedidos diretamente às pessoas físicas, trabalhadores rurais ou agricultores familiares, organizadas sob a forma coletiva, por uma Entidade Organizadora.

A quem se destina?

Pessoas físicas, trabalhadores rurais e agricultores familiares, com renda familiar bruta anual máxima de R\$ 15mil, considerado o valor total da renda rebatida indicada na Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP/ Pronaf).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 220 / 2013

Brasília, 04 de dezembro de 2013.

São também beneficiários do Programa e se enquadram como agricultores familiares: pescadores artesanais, extrativistas, silvícolas, aquicultores, maricultores, piscicultores, ribeirinhos, comunidades quilombolas, povos indígenas e demais comunidades tradicionais.



Presidenta Dilma Rousseff fortalece Programa Brasil Quilombola com o anúncio de uma série de políticas públicas

SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 03.12.2013

Ela assina um conjunto de atos e medidas de governo que marcam o avanço na implementação de ações para comunidades quilombolas no país. As iniciativas estão sendo coordenadas pela SEPPIR, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em articulação com a Secretaria de Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Nesta quinta-feira, 05, a presidenta da República, Dilma Rousseff, assina um conjunto de atos e medidas de governo que marcam o avanço na implementação de ações no âmbito do Programa Brasil Quilombola (PBQ), coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). A solenidade acontece às 15h, na Sala de Reuniões do Palácio do Planalto, em Brasília-DF.

A presidenta vai assinar Decretos de Declaração de Interesse Social, para fins de desapropriação de territórios de dez comunidades quilombolas, nos estados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Pará, Maranhão, Tocantins e Minas Gerais. A medida beneficia 749 famílias, com o total de 13.985,83 ha. As demais iniciativas serão pactuadas por gestores de outras pastas do Governo Federal.

As ações estão sendo coordenadas pela SEPPIR, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em articulação com a Secretaria de Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Participam do evento, a ministra da Igualdade Racial, Luiza Bairros, do Planejamento, Orçamento e Gestão, Mírian Belchior, do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas; da Secretaria Geral, Gilberto Carvalho; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, o presidente do Incra, Carlos Guedes; a secretária de Patrimônio da União, Cassandra Nunes. Além de parlamentares, embaixadores, representantes dos Movimentos Sociais Negro e Quilombola, do sistema ONU, do Judiciário e do Ministério Público.

Outras atividades - Na ocasião, haverá a entrega de treze títulos parciais de propriedade para as comunidades quilombolas de Lagoas dos Campinhos, em Amparo do São Francisco, Mocambo, em de Porto da Folha e Pirangi, todas em Sergipe.

Até o final do mês, também serão contempladas com títulos parciais as comunidades de Castainho (PE) – 1 título, Conceição das Crioulas (PE) – 3 títulos, e em Jatobá (RN) – 6 títulos, totalizando 1979,2 ha, para 1.176 famílias quilombolas, em títulos definitivos imitados pelo INCRA, em 2013.

Haverá a entrega da Imissão de Posse de 53.455,8483 ha para 3.071 famílias nos estados de
CONT.



Pernambuco, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Tocantins e Goiás.

No ato de quinta-feira, será divulgada, também, a meta de universalizar a demanda de DAP Quilombola (Declaração de Aptidão ao Pronaf), com o anúncio de 37 mil famílias já beneficiárias e o Cadastro Ambiental Rural para Quilombos, com atuação do INCRA, no conjunto das comunidades quilombolas tituladas. E, ainda, a publicação de dez portarias de reconhecimento do Incra, beneficiando 1.638 famílias quilombolas com um total de 23.184ha, nos estados da Bahia, Amapá, Maranhão, Ceará, Paraíba, Minas Gerais, Tocantins e Goiás.

Anúncios

Referente à meta de implantação de Assistência Técnica e Extensão Rural e Fomento às Atividades Produtivas Rurais para famílias quilombolas em 2014. Desde 2011 até, 8,8 mil famílias quilombolas estão sendo atendidas com Assistência Técnica e Extensão Rural e Fomento Produtivo, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria.

Pactuação com os estados da Paraíba, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul e da Articulação do Semiárido (ASA) para priorização da oferta de água para consumo humano em comunidades quilombolas e, o anúncio de atualização cadastral nas comunidades quilombolas com o comparativo 2012/2013 e nova meta para 2014.

SEPPIR – o órgão será responsável pelas atividades de entrega da Certificação do Selo Quilombos do Brasil. Na ocasião, haverá a entrega simbólica a beneficiários da comunidade Chácara do Buriti, em Mato Grosso.

Haverá ainda o anúncio do Acordo de Cooperação entre a SEPPIR e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para qualificar as informações sobre as comunidades quilombolas em todas as pesquisas do Instituto, como o Censo Agropecuário e Censo Demográfico.

A titulação conjunta por parte da SPU/INCRA das áreas da União, até o final de 2013, que correspondem a parte ou integralidade, de sete Territórios Quilombolas na Bahia (Lagoa das Piranhas), Pará (Cacau e Ovos), Amapá (São Raimundo do Pirativa), Rondônia (Pedras Negras), Sergipe (Lagoa de Campinhos e Pontal da Barra) e, Maranhão (Ilha do Cajual) também será anunciada.

A SPU publicará Portarias de Declarações de Interesse Público de áreas da União em onze Territórios Quilombolas que somam 23 mil hectares e assinada uma Portaria Interministerial entre o MDA e o MPOG com vistas a simplificar e otimizar a destinação de terras públicas para comunidades quilombolas.

Comunidades Quilombolas – São definidas como grupos étnicorraciais, majoritariamente rurais e que vêm se mantendo unidas a partir de relações históricas com o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais e religiosas que, em muitos casos, subsistem ao longo de séculos.



São, atualmente, 2.408 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, sendo 62,4% delas no Nordeste. A estimativa é de que existem 214 mil famílias e 1,17 milhão de quilombolas em todo o Brasil. Ainda de acordo com dados do Cadúnico, 78,7% dos quilombolas são extrativistas, agricultores ou pescadores artesanais. Existem 89 mil famílias quilombolas inscritas no Cadúnico, das quais 79,2% recebem Bolsa Família.

Programa Brasil Quilombola (PBQ) – Foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Como seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades nos eixos: Acesso à Terra; Infraestrutura e Qualidade de Vida; Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local e; Direitos e Cidadania.

A coordenação geral do Programa é de responsabilidade da SEPPIR, que atua em conjunto com os onze ministérios que compõem o seu Comitê Gestor.

A questão quilombola é trabalhada no Governo Federal em algumas frentes. Em 2007, face aos desdobramentos do PBQ, foi instituída a Agenda Social Quilombola que agrupa as ações voltadas às comunidades nos eixos: 1) Acesso à Terra; 2) Infraestrutura e Qualidade de Vida; 3) Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local e; 4) Direitos e Cidadania.

No Plano Plurianual (PPA), a pauta entrou pela primeira vez na peça de 2004-2007. Já no Plano Brasil Maior (2012-2015), o programa temático 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, de execução da SEPPIR, prevê iniciativas de coordenação, monitoramento e avaliação das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas, assim como ações previstas em mais 14 programas temáticos, contemplando iniciativas de ministérios que compõem o Comitê Gestor do PBQ e outros.

O Programa Brasil Quilombola também contribui para o alcance dos objetivos do Plano Brasil sem Miséria, já que uma significativa parcela das comunidades quilombolas é público-alvo do Brasil sem Miséria.

Fonte: Ascom/Seppir



Coluna da Ouvidoria - A consciência dos quilombolas

SÍTIO AGÊNCIA BRASIL, 03.12.2013

Brasília - Todos os anos, desde pelo menos 2002 – quando inicia a coleção dos conteúdos da Agência Brasil disponíveis nos seus arquivos online - a ABr comemora a data de 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra, com a publicação de matérias sobre a população negra brasileira e sua história. Em consonância com a ocasião, a ênfase é sempre na luta do povo afrodescendente contra o preconceito racial, pela preservação da sua cultura e pela igualdade de direitos.

Em alguns anos, a cobertura adotou um enfoque mais específico ou tomou a forma de uma reportagem especial. Em 2011, a reportagem especial Dia da Consciência Negra, publicada em 20/11/2010, ganhou o primeiro lugar na primeira edição do Prêmio Nacional Jornalista Abdias Nascimento na categoria internet. A reportagem reuniu quatro matérias sobre várias frentes de atuação dos movimentos negros em prol de melhores condições de vida, tais como o atendimento nas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) e a trajetória das verbas orçamentárias destinadas às políticas públicas administradas pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Todas as matérias foram acompanhadas por um infográfico com recursos interativos, permitindo ao leitor acessar vários dados demográficos, educacionais e ocupacionais referentes às categorias de raça ou cor que compõem a população brasileira, além de perfis de 11 personagens negros que deixaram sua marca na história do Brasil.

Este ano, o enfoque foi nos quilombos, uma escolha particularmente apropriada em vista da origem da comemoração ser diretamente ligada a essas comunidades remanescentes de escravos foragidos. O dia 20 de novembro corresponde à data em que, segundo os historiadores, teria sido capturado e morto o Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, em 1695. Zumbi e o Quilombo dos Palmares, que ocupava um território com mais de 200 quilômetros de extensão, abrangendo quase todo o atual estado de Alagoas e parte do estado de Pernambuco, tornaram-se símbolos da resistência negra e da viabilidade de um projeto de vida coletiva independente.

Das 12 matérias publicadas em novembro sobre o Dia da Consciência Negra, nove foram dedicadas aos quilombos e aos seus habitantes, os quilombolas. Uma dessas matérias, Lavradora admite que os kalungas ainda sofrem preconceito, foi motivo de elogio enviado por um leitor de Campinas, em São Paulo, parabenizando a equipe de reportagem e os autores da ideia [1].

Das 34 fontes citadas nas 12 matérias, 15 (44%) são quilombolas que vivem nas quatro comunidades visitadas pela equipe de reportagem: Muquém, em Alagoas, Cachoeira, na BA (Comunidade Kaonge), Santiago do Iguape, na Bahia, e Cavalcante, em Goiás (Comunidade Kalunga). Ao mesmo tempo, convém observar que somente três dos quilombolas consultados são homens, o que pode constituir um viés em termos dos pontos de vista manifestados ou indicar que a força que une as comunidades é predominantemente feminina.

CONT.



Os depoimentos colhidos dessas fontes passam aos leitores informações pessoais sobre o que significa ser quilombola atualmente no Brasil. Diferentemente das questões levantadas pelos negros das cidades, a situação dos quilombolas retratada na cobertura reflete principalmente as preocupações dos pequenos produtores rurais. Observa-se que na consciência das pessoas entrevistadas – pelo menos no que transpareceu nas suas conversas com os repórteres –, o preconceito racial é, quando muito, um dos fatores que dificultavam a vida no passado.

Desde então, a vida melhorou em muitos aspectos – estradas, escolas e postos de saúde são mencionados pelos entrevistados – na medida em que as comunidades ficaram menos isoladas, mas ao mesmo tempo as mudanças colocam desafios à manutenção das tradições que eram essenciais à sobrevivência das comunidades no passado. Questiona-se, por exemplo, se o abandono da medicina tradicional e as devoções associadas a ela não significam uma perda para os doentes que voltam “desenganados” dos hospitais.

Apesar do Zumbi não ser mencionado pelos quilombolas, eles fazem várias referências ao orgulho de ser negro, um sentimento reforçado pelas lições transmitidas pelas gerações. Para a lavradora kalunga Leotéria Santos Rosa, 62 anos: “Antigamente kalunga era discriminado mesmo. Ninguém queria ser ‘kalungueiro’ ... Hoje, a maioria quer ser kalungueiro, até gente branca do cabelo bom ... Hoje já tem kalunga que está engravatado. Tem mulher também que trabalha em vários lugares que é kalunga. Isso é importante pra nós” [2]. Para a jovem quilombola Edmeia Batista Costa, da Comunidade Kaonge: “A gente sabe que os antepassados lutaram muito. Muitos apanharam no chicote. Agora a gente não tem mais isso. Graças a Deus, a escravidão já acabou e eles passaram para gente o trabalho e a luta deles para a gente continuar” [3].

As questões que se apresentam como mais urgentes envolvem a continuidade das comunidades e suas tradições. Nem mesmo a posse da terra, que, segundo o diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares, Alexandro Reis, é “a maior dificuldade enfrentada atualmente pelas comunidades quilombolas” [4], foi abordada por eles, embora nesse ponto sua situação se assemelhe à de muitos pequenos produtores rurais no país.

Para os quilombolas, as prioridades se concentram na valorização dos antigos costumes do cultivo da terra, das atividades extrativas, da pesca e da cata de mariscos, do artesanato, e da socialização e transmissão de saberes entre as gerações. A cobertura mostra que buscam-se novas formas de interessar os mais jovens na permanência nas comunidades e na manutenção das tradições. Se faltou alguma coisa, talvez tenha sido uma cobertura mais completa sobre a educação dos jovens e as possibilidades de trabalho. Segundo a líder espiritual kaonge Juvani Jovelino, “o abandono da comunidade, pelos mais jovens, sempre foi uma preocupação” [5]. Uma das matérias sugere que, no Quilombo de Muquém, o abandono da comunidade – e o abandono das tradições por uma parte da população que resta – pode estar chegando a um ponto crítico. Algumas informações objetivas teriam servido para indicar se e onde essa tendência está sendo revertida. Informações sobre as relações entre os quilombolas e seus parentes que residem em outros lugares e sobre os impactos das relações comerciais externas e dos subsídios monetários e dos outros projetos governamentais na economia de subsistência também teriam ampliado a dimensão da cobertura.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 220 / 2013

Brasília, 04 de dezembro de 2013.

Na perspectiva dos mais velhos, porém, o modo de vida nos quilombos continua a oferecer muitos atrativos. Para a lavradora kalunga Aurea Paulino: “Você quer uma banana você tem, quer uma mandioca, você tem. O arroz e o feijão, que é o principal, a gente planta. Então eu acho bom, porque não é todo lugar que a pessoa tem esse privilégio. Aqui a gente sabe viver sem dinheiro. Aqui não tem violência. Pode sair e deixar a porta aberta. É um lugar tranquilo. Acho bom criar meus filhos do jeito que eu fui criada, estudando e trabalhando na roça” [6].

Boa leitura!

Distritos indígenas receberão reforço do Mais Médicos na próxima semana

SÍTIO PORTAL EBC, 03.12.2013



O secretário destacou que melhorar as condições de trabalho sem garantir o acesso das equipes às aldeias de nada adianta (Daniel Mello/Agência Brasil)

Brasília – O secretário especial de Saúde Indígena, Antônio Alves de Souza, disse hoje (3) que 17 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) receberão o reforço, na próxima semana, de 49 profissionais do Programa Mais Médicos. Na 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNSI), que acontece em Brasília, ele informou que cinco desses distritos estão na Região Nordeste.

“Com esses novos médicos contabilizamos hoje o número de 125 profissionais em 28 DSEIs. O programa beneficiará aproximadamente 212 mil indígenas. Atualmente, os indígenas são assistidos por 264 médicos distribuídos nas 34

DSEIs”, informou o secretário.

Ele acrescentou que a secretaria conta com 34 distritos, 354 polos bases, 68 casas de saúde indígena (Casai) e 751 postos de saúde. Antônio Alves ressaltou que as Casais funcionam como um estabelecimento de cuidados de enfermagem, de apoio aos pacientes encaminhados à rede do Sistema Único de Saúde (SUS). “A casa fornece alojamento e alimentação para os pacientes e acompanhantes e é a responsável por marcar e acompanhar os indígenas em consultas, exames ou internação hospitalar”.

O secretário destacou que melhorar as condições de trabalho sem garantir o acesso das equipes às aldeias de nada adianta. Segundo ele, as equipes de saúde têm dificuldades para chegar nas aldeias, o que pode demorar horas para se locomoverem. “Com isso, passamos a investir na aquisição de barcos, motores de popa, contratação de horas voo e reestruturamos a nossa frota de veículos naqueles distritos onde a maioria dos deslocamentos é feita por via terrestre”.

Outro problema que compromete o atendimento de profissionais de saúde aos indígenas é de aspecto cultural. O secretário frisou que, em algumas culturas, as crianças são as últimas a receberem comida na hora das refeições. “[Elas só comem] depois das visitas, dos guerreiros, dos anciões e das mulheres”. O Ministério da Saúde tem feito um trabalho para conscientizar essas aldeias onde as crianças e as mulheres gestantes estão mais fragilizadas. Nos locais, acrescentou, é necessário a implementação de políticas de diminuição da mortalidade infantil, ainda alta.

Edição: Marcos Chagas



Portaria garante presença de índios em reuniões sobre destinação de verbas da saúde
SÍTIO SERRITA NO GIRO DA NOTÍCIA, 03.12.2013

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, assinou nessa segunda-feira (2) à noite portaria que garante a participação de representantes indígenas em reuniões decisivas para a destinação das verbas do setor. "Para as reuniões que ocorrem nos estados, entre as secretarias estaduais de Saúde e as municipais, e para as reuniões em uma região do estado que decidem, por exemplo, quantas vagas vai ter no hospital, quanto dinheiro vai para um determinado tipo de cirurgia, quanto vai ser destinado para o TFD, o transporte do paciente para fora do domicílio. Haverá um representante dos distritos sanitários especiais indígenas (Dsei) para discutir questões relacionadas ao povo indígena", explicou Padilha.

A portaria foi assinada na abertura da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNSI), que até sexta-feira (6) deve aprovar as diretrizes para as políticas de saúde a serem implementadas nas aldeias indígenas por 34 Dsei que integram o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS).

De Mato Grosso do Sul, o articulador indígena Agnaldo Tereno trouxe o apelo por melhoria na estrutura do atendimento voltado para a população indígena do estado, que tem 75 mil pessoas. "Falta remédio, falta estrutura, às vezes o médico tem carro para ir nos atender, às vezes não. Precisamos de melhorias", defendeu.

Sônia Guajajara, da direção da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, fez um apelo ao ministro para que o atendimento à saúde seja implementado integralmente. "Não podemos permitir que crianças, jovens e idosos continuem morrendo por doenças consideradas tratáveis", sustentou Sônia.

Na abertura do evento, a presidenta do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro Souza, disse que todos devem lutar para que o governo dê prioridade ao saneamento rural, o que vai contribuir para a prevenção de doenças.

Padilha reconheceu que nem tudo o que foi acertado na última conferência foi cumprido, mas disse que o ministério vem trabalhando para atender às demandas. Até agora, 19 distritos indígenas receberam pouco mais de 70 médicos do Programa Mais Médicos, e de acordo com o ministro, a demanda apresentada de 250 profissionais vai ser suprida até março de 2014.

Representantes indígenas de Mato Grosso do Sul aproveitaram a ocasião para erguer cartazes pedindo a demarcação urgente das terras.

O tema central da conferência é Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e SUS: Direito, Acesso, Diversidade e Atenção Diferenciada. Para o evento nacional, foram realizadas 306 conferências locais, 34 conferências distritais, com a participação de indígenas e não indígenas, abrangendo 305 etnias que estão distribuídas em todo o país. Cerca de 2 mil pessoas, entre delegados e interessados.



Norte Energia deve pagar multa por descumprir acordo com indígenas

SÍTIO G1/PA, 03.12.2013

*Segundo o MPF, a empresa deve pagar multa diária de R\$ 500 mil.
Norte Energia entrou com recuso e teve o pedido negado pela Justiça.*

A Norte Energia S.A teve recurso negado contra decisão que determinou o pagamento de multa diária de R\$ 500 mil por descumprimento de acordo firmado com indígenas e ribeirinhos em audiência de conciliação sobre a usina de Belo Monte. As informações foram divulgadas pelo Ministério Público Federal (MPF), nesta terça-feira (3).

A audiência foi realizada em outubro de 2012, com o intuito de solucionar situação de conflito, na qual indígenas e ribeirinhos invadiram o canteiro de obras da hidrelétrica. A Norte Energia comprometeu-se a viabilizar a realização de visitas dos indígenas aos canteiros de obras da usina, entregar unidades de proteção territorial e implementar de maneira efetiva o Programa de Atividades Produtivas, com a finalidade de prover meios de renda aos membros das aldeias. Os indígenas cumpriram sua parte no acordo e desocuparam a região.

Em razão do descumprimento do acordo por parte da empresa, inclusive de obrigações impostas no processo de licenciamento, o MPF foi à Justiça pedir a condenação da Norte Energia ao cumprimento das obrigações assumidas. O juiz de 1º grau acatou o pedido do MPF e determinou ao consórcio que comprovasse em 30 dias a satisfação das obrigações, sob pena de multa, que foi considerada muito elevada pela Norte Energia, o que originou o recurso ajuizado no TRF da 1ª Região. O Tribunal, no entanto, rejeitou o pedido.

O parecer enviado à Corte pelo Ministério Público Federal foi contra o recurso e a favor das comunidades. "As obras realizadas, bem como o descumprimento das obrigações assumidas pela Norte Energia S.A., têm imenso impacto na vida, na cultura e na manutenção das inúmeras comunidades indígenas envolvidas e atingidas pelo empreendimento", alerta a procuradora regional da República Eliana Torely.

Ela defende que a multa fixada na decisão, no valor de R\$ 500 mil, é proporcional e razoável, tendo em vista a elevada capacidade financeira do consórcio e o fato de que a conduta omissiva da Norte Energia vem causando danos irreparáveis às comunidades indígenas e ribeirinhas atingidas.

O G1 tenta contato com a Norte Energia.

Cimi faz reflexão da morte de Ambrósio Kaiowá e conflitos no MS

SÍTIO VERMELHO, 02.12.2013

Morreu aos 52 anos a liderança Aty Guasu, Ambrósio Vilhalva, Guarani Kaiowá, do acampamento Guyraroká, no Mato Grosso do Sul. Abaixo, uma nota do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) que faz algumas reflexões acerca de sua morte. "Expor grosseiramente os fatos relacionados à morte de Ambrósio apenas fragiliza a imagem dos indígenas e reforça os estereótipos que a hegemonia da elite agrária sul-mato-grossense insiste em vincular aos povos Guarani", diz um trecho.



Mateus Nachtergaele e Ambrosio Vilhalva em "Terra Vermelha"/imagem: divulgação

Na página do Facebook Aty Guasu, a liderança é definida como: "Líder Ambrosio é um líder justiceiro, íntegro, humilde humorista indígena Kaiowá e sorridente, defensor de direitos humanos, boa liderança e é conhecido internacionalmente como filósofo e intelectual nativo". Abaixo, a íntegra da nota do Cimi.

A morte de Ambrósio Kaiowá

Ambrósio Vilhalva, liderança Guarani Kaiowá do acampamento Guyraroká, morreu. Foi assassinado a facadas às oito e meia da noite do domingo, 1, em sua própria aldeia, a caminho de casa.

CONT.



Sua morte é triste e complexa. Propomos aqui três apontamentos para refletir e para tentar compreender a morte de Ambrósio - e seus últimos anos de vida.

O primeiro está relacionado à terra. Guyraroká é um território retomado pelos Kaiowá. Em 1990, um grupo de 30 famílias que viviam confinadas na reserva Tey'kue, em Caarapó, conseguiu ocupar 60 hectares de uma das fazendas. Dali foram expulsos e permaneceram por quatro anos na beira da estrada, até que conseguiram voltar para a área.

Estudos antropológicos confirmaram a tradicionalidade do Guyraroká: 12 mil hectares foram identificados como terras originariamente ocupadas por àquelas famílias. Em 2009, o Ministério da Justiça publicou uma portaria declaratória, reconhecendo a área como efetivamente indígena.

O segundo apontamento está relacionado aos impactos do processo histórico imposto aos Guarani Kaiowá de perda de território e do confinamento nas reservas. Estas experiências foram traumáticas, transformaram abruptamente seus modos de viver a vida. Diminuíram e alteraram profundamente a qualidade e o sentido da vida destas pessoas.

Nesse contexto, bem como o suicídio, o uso compulsivo de bebidas alcoólicas proliferou com bastante força, atingindo centenas de Kaiowá desde então. Para suportar as tentativas de disciplinamento por parte do Estado e do capital, embriagar-se ou se matar forjaram-se como saídas. E Ambrósio bebia muito.

O terceiro apontamento tenta dar cabo do elemento mais trágico e grotesco da história: Ambrósio, segundo informações preliminares, teria sido assassinado por indígenas - e não por pistoleiros. No último período, a liderança vinha sendo alertada pela comunidade sobre os problemas que o uso compulsivo de bebidas alcoólicas traziam. Ambrósio vinha se tornando cada vez mais hostil com os indígenas da aldeia.

As memórias dão conta de que antes ele não era assim. Ambrósio era um bom yvyra'ja (aprendiz e auxiliar) do pai, seu Papito, tekoa'ruvixa (ou ñanderu, o rezador tradicional Kaiowá) da comunidade. Em 2008, Ambrósio foi um dos protagonistas do longa de ficção Terra Vermelha, co-produção italiana e brasileira sobre a tragédia Kaiowá. Bastante elogiado, o filme teve cinco indicações (entre elas, para o Festival de Veneza) e duas premiações. Ambrósio viajou bastante em função das agendas extensas de divulgação do filme (busque "Ambrósio Vilhalva" no Google para ter uma ideia).

Depois da exposição e da circulação do Kaiowá em festivais, espaços políticos e outras esferas, em diversos países, ele teria ficado assim, avesso, conforme indígenas que conviveram com Vilhalva. Sob severas privações em seu tekoha diminuto, a circulação de Ambrósio pelas extensas arenas por onde Terra Vermelha o levou teria acentuado as dissociações causadas pela invasão das terras Guarani Kaiowá, alçando Vilhalva a uma imagem difusa de si próprio.

Outros atores do filme também têm sofrido problemas semelhantes. Os produtores de Terra Vermelha possivelmente desconhecem esse fato, e muito menos anteviram os efeitos que a velocidade estonteante com que Ambrósio foi solapado provisoriamente de seu universo social

CONT.



causariam.

Expor grosseiramente os fatos relacionados à morte de Ambrósio apenas fragiliza a imagem dos indígenas e reforça os estereótipos que a hegemonia da elite agrária sul-mato-grossense insiste em vincular aos povos Guarani, com o intuito de reduzir as razões e a justeza que os levam a reivindicar seus territórios tradicionais. É preciso ser mais complexo e justo com a história, porque é exatamente o contrário disso.

Fonte: Cimi



Mais de mil indígenas protestam nesta quarta, 4, contra minuta do Ministério da Justiça que altera demarcação

SÍTIO CIMI, 03.12.2013



Cerca de 1.700 indígenas de todo o país, presentes na Conferência Nacional de Saúde Indígena, que ocorre em Brasília (DF) até o final desta semana, realizarão manifestação nesta quarta-feira, 4, a partir das 9 horas, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), local da conferência. Uma passeata está programada.

A mobilização acontece depois de o movimento indígena ter acessado, no final da semana passada, minuta do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para a publicação de uma

portaria que "estabelece instruções" ao procedimento de demarcação de terras indígenas, nos termos do Decreto 1775/96.

"Contrariamente às alegações do governo, a dita portaria eterniza a não demarcação de terras indígenas, fragiliza por vez a Funai, e desenha um quadro assustador de acirramento de conflitos", diz trecho da nota da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) - leia aqui na íntegra.

Para lideranças indígenas, a portaria, se publicada, inviabilizará o direito constitucional à terra tradicional. "A minuta diz que a delimitação da terra deverá minimizar impactos, ou seja, se fazendas incidirem sobre as terras, a demarcação não ocorrerá", afirma Sônia Bone Guajajara, da Apib, organização que propôs o protesto.

O cacique Marcos Xukuru frisa que por nenhum momento a minuta foi discutida no âmbito da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) com as lideranças indígenas ali representadas. A falta de consulta e diálogo com os povos são marcas do governo Dilma. Porém, Marcos afirma que o protesto desta quarta pedirá ainda a revogação da Portaria 303, da Advocacia-Geral da União (AGU), e contra a PEC 215 e o PLP 227, que tramitam no Congresso Nacional.

"O que observamos é um conjunto de medidas, tanto do Executivo quanto do Legislativo, que articuladas configuram um dos mais fortes ataques aos direitos indígenas já vistos desde a ditadura militar, na história recente. Lamentamos que seja este governo o responsável por isso, mas reafirmamos nossas posições e dizemos: vamos lutar até o fim, de forma enfática, por nossos direitos e vidas", declara cacique Marcos Xukuru.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 220 / 2013

Brasília, 04 de dezembro de 2013.

Serviço:

O quê? Manifestação do movimento indígena em Brasília (DF);

Quando? Nesta quarta-feira, dia 4, a partir das 9 horas;

Onde? No Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília (DF);

Por quê? Contra minuta do Ministério da Justiça que altera o procedimento de demarcação de terras indígenas, Portaria 303, PEC 215 e PLP 227.

Outras informações - imprensa: Renato Santana 61.9979-6912 / Patrícia Bonilha 61.9979.7059



MMA sai em defesa dos pescadores artesanais da região Sul do Brasil

SÍTIO JORNAL BRASIL, 04.12.2013

Profissionais são um dos principais aliados à proteção ambiental

A sustentabilidade pesqueira será incentivada no litoral sul do País. O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Roberto Cavalcanti, defendeu a conservação dos recursos naturais em equilíbrio com o apoio social à pesca artesanal, nesta terça-feira (03/12), na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. O objetivo foi discutir aspectos ligados à realidade da região.

Os responsáveis pela pesca artesanal aparecem como um dos principais aliados à proteção ambiental na região. Para Cavalcanti, eles devem ser contemplados por ações de governo e políticas públicas voltadas para a região. "A pesca artesanal e a conservação ambiental têm uma relação muito forte", afirmou. "A prática é a mais importante estratégia de conservação e o sucesso disso depende da manutenção das condições de trabalho desse grupo."

PARTICIPAÇÃO

A manutenção do aspecto social ligado à atividade também está entre as prioridades. Cavalcanti defendeu que as tradições locais sejam preservadas. "A pesca artesanal reflete o conhecimento de centenas de anos e a sustentabilidade pesqueira é fundamental para a manutenção desse modo de vida", avaliou o secretário. Segundo ele, as medidas de preservação para a área serão tomadas em conjunto com a população. "As questões serão definidas em uma conversa participativa", afirmou.

Questões apontadas pelos pescadores como o licenciamento ambiental de pesca e o lacre indicado para as redes serão discutidas pela Comissão Técnica de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros, formada por representantes do MMA e do Ministério da Pesca e Aquicultura. Outros órgãos também debatem o assunto. "O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) está disponível para colaborar nas discussões para aprimorar esses instrumentos", afirmou o coordenador-geral de Autorização de Uso e Gestão de Fauna e Recurso Pesqueiro do órgão, Jorge Hiodo.

Fonte: Ascom do MMA



Pescador que trabalha de forma regular receberá selo do governo

SÍTIO O GLOBO, 04.12.2013

Plano Nacional de Combate à Pesca Ilegal será lançado nesta quarta-feira com o anúncio de outras medidas, como o disque-denúncia contra irregularidades

BRASÍLIA - O pescador que estiver trabalhando de forma regular receberá um selo para certificar que está cumprindo da lei. Isso deverá valorizar o seu produto e facilitar a venda para outros países. Por outro lado, quem descumprir a legislação poderá ter seu barco confiscado e, mesmo pagando a multa, ele não terá a embarcação de volta. Além disso, haverá um disque-denúncia para que as autoridades tomem conhecimento das atividades pesqueiras ilegais. Essas são algumas das medidas previstas pelo governo como parte do Plano Nacional de Combate à Pesca Ilegal, que será lançado nesta quarta-feira.

Algumas das medidas do plano não serão adotadas de imediato. É o caso do disque-denúncia: já foi montada uma central de operação na sede do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), mas ela ainda não está funcionando. Isso só deve ocorrer em 45 dias. O selo de pesca legal também vai demorar: só deve começar a ser entregue em meados de 2014.

As novas normas que vão facilitar o processo de perdimento (confisco) da embarcação deverão ser introduzidas por instruções normativas, ou seja, não precisarão passar pelo Congresso. A intenção do MPA é que isso aconteça daqui a quatro meses. Até lá permanecerão as punições atuais: multa, apreensão do material e do pescado. Hoje, é comum apreender a embarcação, mas basta o pagamento da multa para que ela seja liberada.

- A gente pretende que, quando a gente iniciar as fiscalizações mais intensivas, em quatro meses, já se tenha esse tipo de punição (perdimento) - explicou o diretor do Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca Industrial do MPA e coordenador do grupo estratégico que irá gerir o plano, Mutsuo Asano Filho.

Ele também informou que o ministério vai trabalhar para dar mais uniformidade aos critérios de aplicação da multa, que hoje depende muito da interpretação dos fiscais. As multas variam de acordo com a gravidade do caso e quantos quilogramas de pescado foram apreendidos. Algumas são baixas, na casa dos R\$ 200, enquanto outras ultrapassam o valor de R\$ 1 milhão.

A campanha terá duas fases. Nos primeiros quatro meses, haverá campanhas públicas de esclarecimento e operações de fiscalização. Depois disso, serão realizadas operações intensivas de fiscalização. Segundo o MPA, será o primeiro plano contra a pesca ilegal com ações coordenadas entre vários ministérios. Além do MPA, estão envolvidos os ministérios do Meio Ambiente, da Defesa (por meio da Marinha), da Justiça (com a Polícia Federal) e da Agricultura. Haverá também participação dos estados e municípios. Segundo Mutsuo, isso vai reduzir os custos das operações e dará mais eficiência a elas.

CONT.



Ações tentarão reduzir ilegalidades no pagamento do seguro-defeso

As ações de conscientização do plano tentarão levar para a legalidade quem ainda não está

regularizado. Isso significará o pagamento do seguro-defeso a quem ainda não o recebe. Esse benefício, no valor de um salário mínimo mensal, é pago na época da reprodução dos peixes, para que o pescador artesanal interrompa suas atividades. Também deverão ser ampliados os gastos com subsídio ao óleo diesel, em geral pago à pesca industrial, e que permite reduzir o custo do pescado.

O plano terá ações em todos os estados e envolverá 1.000 servidores do governo federal, entre pessoal administrativo e de campo. A estimativa é que custe R\$ 40 milhões ao longo de 12 meses.

Estimativas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), usadas pelo MPA, mostram que apenas um quinto da pesca no mundo é declarada e legalizada. Segundo Mutsuo, a concorrência dos ilegais é desleal. Primeiramente, por não arcarem com despesas que os legais têm, como o pagamento de licença. Em segundo lugar, porque distorce os dados que baseiam as políticas públicas para o setor. Além disso, a produção ilegal reduz a oferta natural de pescado.

Brasil tem cerca de 1 milhão de pescadores artesanais registrados

Existem hoje no Brasil cerca de 1 milhão de pescadores artesanais registrados. Até o fim do ano, estima-se que também haverá 400 mil pescadores esportivos com registro. Este ano, as carteiras de pescador estão sendo renovadas para evitar fraudes, como os casos de falsos pescadores cadastrados apenas para receber o seguro-defeso. Assim, o número de pescadores artesanais registrados deve diminuir. Na pesca industrial, há 4,7 mil barcos registrados. Somando-se às embarcações dos artesanais, o número sobe para 45 mil.

Segundo o MPA, em 2011, a produção legal brasileira alcançou 1,5 milhão de toneladas de pescado. Santa Catarina e Pará são os maiores produtores hoje e, por isso, deverão ter mais operações. As ações de fiscalização serão feitas de surpresa, sem aviso prévio de onde e quando ocorrerão.



Durante manifestação, indígenas entregam carta a Dilma e Cardozo

SÍTIO CIMI, 04.12.2013

Cerca de 2 mil indígenas protestaram contra a alteração do processo de demarcação de terras indígenas, em Brasília, nesta quarta-feira, 4. Houve confronto ao menos três indígenas ficaram feridos e foram levados ao hospital. Uma carta pública à presidenta Dilma foi apresentada.

A marcha, organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e participantes da Conferência Nacional de Saúde Indígena, se dirigiu ao prédio do Ministério da Justiça. Os indígenas esperavam ser recebidos pelo ministro José Eduardo Cardozo, que não apareceu. Uma carta foi entregue a um assessor da casa. Os manifestantes exigiram uma audiência com o ministro, e frisaram a posição contrária do movimento indígena à minuta de portaria, anunciada por Cardozo, propondo mudanças no procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas.

Leia a íntegra da carta dos indígenas:

CARTA PÚBLICA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL À PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF DURANTE A V CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE INDÍGENA

À Excelentíssima Senhora
Dilma Rousseff
Presidenta da República Federativa do Brasil
Brasília-DF

Senhora Presidenta:

Nós, povos indígenas de todas as regiões do Brasil, mobilizados por ocasião da V Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada em Brasília – DF, entre os dias 02 e 06 de dezembro de 2013, entendendo que não faz sentido discutir a saúde e outras políticas públicas específicas e diferenciadas voltadas a nós se não é garantida a demarcação e proteção dos nossos territórios, queremos nos dirigir a seu governo e ao parlamento brasileiro, manifestando a nossa indignação e repúdio contra as distintas medidas legislativas, jurídicas e político-administrativas que ambos os poderes vêm trabalhando em visível acordo para restringir e suprimir os nossos direitos originários assegurados pela Constituição Federal e reconhecidos pela legislação internacional vigente.

Destacamos dentre todas essas medidas as Portarias 419/2011 e 303/2012; o Decreto 7957/2013; as PECs 215/2000, 237/2013 e 038/1999; o PL 1610/1996 e o PLP 227/2012; e, finalmente, a Minuta de Portaria anunciada pelo Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, propondo mudanças no procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas.

CONT.



Nós sabemos senhora Presidenta que todos esses instrumentos buscam inviabilizar e impedir o reconhecimento e a demarcação das terras indígenas, reabrir e rever procedimentos de demarcação de terras indígenas já finalizados; e facilitar a invasão, exploração e mercantilização dos nossos territórios e suas riquezas. Por isso reiteramos o teor de todos os documentos que as distintas mobilizações dos nossos povos e organizações tornaram públicos e encaminharam para seu conhecimento nos últimos anos. No caso da minuta de Portaria, entendemos que foi elaborada para inviabilizar de vez a demarcação das nossas terras, visando favorecer os interesses do latifúndio, do agronegócio e de outros capitais (mineradoras, madeiras, agroindústrias, empreitas etc.) interessados nesses territórios. Com essa perspectiva, presidenta Dilma, lamentavelmente o seu governo poderá passar para a história como um governo verdadeiramente antiíndigena: o que menos demarcou terras indígenas e o que mais avançou na restrição ou supressão dos direitos dos povos indígenas do Brasil.

Se seu governo é de fato diferente senhora Presidenta demonstre isso atendendo as reivindicações abaixo, a maioria das quais foi objeto de discussão entre a vossa excelência e representantes dos nossos povos no dia 10 de julho do corrente.

1. Incidência efetiva do seu governo junto ao Congresso Nacional para o arquivamento das Propostas de Emendas à Constituição (PEC) 038 e 215 que pretendem transferir para o Senado e Congresso Nacional respectivamente a competência de demarcar as terras indígenas, usurpando uma prerrogativa constitucional do Poder Executivo.
2. Adotar o mesmo procedimento para a PEC 237/13 que visa legalizar o arrendamento das nossas terras, do PL 1610/96 de Mineração em Terras Indígenas, do PL 227/12.
3. Fortalecer e dar todas as condições necessárias para que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) cumpra devidamente o seu papel na Demarcação, proteção e vigilância de todas as terras indígenas.
4. É fundamental para isso, inviabilizar a publicação da Minuta de Portaria proposta pelo Ministro da Justiça José Cardozo contra o marco legal vigente, o Decreto 1775/96, que já estabelece o procedimento de demarcação das terras indígenas.
5. Ao contrário, queremos que seu governo agilize metas concretas de demarcação para colocar fim ao sofrimento de muitos povos indígenas expulsos de suas terras tradicionais principalmente nas regiões do sul, nordeste e de Mato Grosso do Sul.
6. Exigimos a revogação de todas as Portarias e Decretos que ameaçam os nossos direitos originários e a integridade dos nossos territórios, a vida e cultura dos nossos povos e comunidades:
 - Portaria 303, de 17 de julho de 2012, iniciativa do poder Executivo, por meio da Advocacia Geral da União (AGU) que estende equivocadamente a aplicação para todas as terras a aplicabilidade das condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do caso Raposa Serra do Sol (Petição 3.388/RR).
 - Portaria Interministerial 419 de 28 de outubro de 2011, que restringe o prazo para que órgãos e entidades da administração pública agilizem os licenciamentos ambientais de empreendimentos de infra-estrutura que atingem terras indígenas.



Boletim de Notícias - Edição nº 220 / 2013

Brasília, 04 de dezembro de 2013.

- Decreto nº 7.957, de 13 de março de 2013. Cria o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente, regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental e altera o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004. Com esse decreto, "de caráter preventivo ou repressivo", foi criada a Companhia de Operações Ambientais da Força Nacional de Segurança Pública, tendo como uma de suas atribuições "prestar auxílio à realização de levantamentos e laudos técnicos sobre impactos ambientais negativos". Na prática isso significa a criação de instrumento estatal para repressão militarizada de toda e qualquer ação de povos indígenas, comunidades, organizações e movimentos sociais que decidam se posicionar contra empreendimentos que impactem seus territórios.

7. Reivindicamos também do seu Governo políticas públicas específicas, efetivas e de qualidade, nas áreas da saúde, da educação e da sustentabilidade, entre outros.

8. Aguardamos ainda com grande expectativa que seu governo crie por meio de Decreto o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) e se comprometa com a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas no Congresso Nacional.

Pela defesa dos nossos territórios e da Mãe Natureza.
Mobilização Indígena Nacional

Brasília-DF, 04 de dezembro de 2013.

Índios protestam em Brasília contra mudança no processo de demarcação de terras
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.12.2013



Alex Rodrigues e Danilo Macedo* - Agência Brasil

Brasília – Depois de cercarem o Palácio do Planalto, em Brasília, na manhã de hoje (4), cerca de 1,2 mil índios de várias etnias estão neste momento divididos em manifestações no Congresso Nacional e diante do Ministério da Justiça. O grupo protesta contra o que classifica como mais uma iniciativa do governo federal para inviabilizar a demarcação de terras indígenas. A presidenta Dilma Rousseff não estava no local.

Durante o protesto, os índios chegaram a entrar em conflito com seguranças do Palácio do Planalto e a fechar o trânsito em vários trechos da Esplanada dos Ministérios.

O estopim da manifestação foi a minuta (esboço) de uma portaria que, segundo as lideranças indígenas, o Ministério da Justiça está produzindo. Representantes do movimento dizem ter tido acesso à cópia do documento no último final de semana. Segundo Sônia Guajajara, uma das coordenadoras da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), o texto estabelece mudanças nos procedimentos legais necessários ao reconhecimento e à demarcação de terras indígenas.

A proposta, ainda segundo Sônia, visa a oficializar a proposta do governo federal de que outros órgãos de governo além da Fundação Nacional do Índio (Funai) sejam consultados sobre os processos demarcatórios em curso. A proposta foi apresentada pela ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, ainda no primeiro semestre deste ano, com a justificativa de minimizar conflitos entre índios e produtores rurais.

CONT.



"A gente entende que a minuta servirá só para dificultar ainda mais o processo de identificação e demarcação de terras. O governo federal e o Congresso Nacional estão aliados para atacar e diminuir os direitos indígenas, principalmente os territoriais, favorecendo o agronegócio e o latifúndio", disse Sônia Guajajara à Agência Brasil, adiantando que o grupo quer ouvir o ministro José Eduardo Cardozo sobre o assunto.

"Há um momento em que as autoridades, e o ministro da Justiça, principalmente, têm que se posicionar e atuar para que os direitos sejam cumpridos, para implementar o que já é garantido constitucionalmente, e não adiar ainda mais isso. O efeito da demora na demarcação de novas terras indígenas é tensionar ainda mais a situação. O governo e o ministro pensam que estão mediando, apaziguando as tensões, mas os conflitos só vêm aumentando", acrescentou Sônia.

Ao perceber a chegada dos índios, seguranças fecharam todas as portas de acesso ao Palácio do Planalto. Os índios rodearam o edifício e tentaram passar pela entrada lateral. Fazendo barulho e carregando faixas com pedidos de "demarcação de terra urgente", alguns manifestantes forçaram a passagem, entrando em confronto com a segurança. Alguns seguranças chegaram a usar spray de pimenta para dispersar o grupo.

Após cerca de meia hora no local, parte do grupo seguiu para o Congresso Nacional. Outra parte se reuniu diante do Ministério da Justiça, impedindo o acesso dos servidores que chegavam. Policiais militares reforçam a segurança do local. Representantes do ministério estão negociando com os líderes do protesto. Segundo a assessoria do ministro José Eduardo Cardozo, ele pretende receber uma delegação indígena para discutir o tema.

Além de criticar a minuta, os índios também cobram a apuração de crimes contra os povos indígenas, como o assassinato do cacique Ambrósio Vilhalba, da Aldeia Guarani-Kaiowá Guyraroká, em Cristalina (MS). Vilhalba foi encontrado morto segunda-feira (2). A Polícia Civil deteve dois suspeitos e investiga se a morte foi consequência de rixas entre o cacique e outras lideranças da aldeia.

"O governo deve deixar de promessas e cumprir o que prometeu para nós. Hoje você vê o povo indígena lá em Mato Grosso do Sul sendo assassinado por fazendeiros, por grandes pecuaristas, que querem tomar a terra do índio. Queremos demarcação de terras urgente. Não dá mais para aguentar. Também queremos direito à saúde e à educação. E respeito ao povo indígena", disse o índio kinikinau, de Mato Grosso do Sul, Nicolau Flores.

*Edição: Davi Oliveira (Fotos: Antonio Cruz).

Desta vez é uma vitória! Júri de Manoel Mattos é adiado para garantir imparcialidade e segurança aos participantes

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.12.2013

Decisão liminar no Tribunal Regional Federal da 5ª Região determina suspensão do Júri em virtude de pedidos de desaforamento dos assistentes e do MPF



Manoel Matos

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região proferiu decisão liminar suspendendo a realização do Júri do primeiro caso de federalização de graves violações de direitos humanos que apura o assassinato do defensor de direitos humanos Manoel Mattos, que aconteceria amanhã, dia 05 de dezembro.

O pedido foi formulado pelos assistentes de acusação e pelo Ministério Público Federal, em duas petições. Ambas foram construídas com fundamento legal no art. 427 do Código de Processo Penal, que permite, dentre outras hipóteses, o desaforamento da sessão do Tribunal do Júri para outra comarca em casos de interesse da ordem pública ou quando houver dúvida sobre a imparcialidade do Júri.

A afinidade de posicionamento se deu pela constatação, tanto da assistência de acusação quanto do MPF, de que no caso concreto há fortes indícios do julgamento no Estado da Paraíba trazer prejuízos ao bom e correto trâmite processual. Ambos apontaram a dificuldade de garantir um procedimento imparcial e seguro, sobretudo em virtude da situação dos jurados, dos familiares da vítima e testemunhas.

Acrescentaram que a lista de jurados utilizada pela Justiça Federal foi emprestada pelo Tribunal do Júri da Comarca de João Pessoa/PB e está desatualizada, fato que foi reforçado no último dia 18 de novembro quando o Júri foi adiado. Na ocasião, foi impossível garantir o quórum mínimo de quinze (15) jurados: dos 25 sorteados, apenas 18 foram intimados, sendo que 7 pediram dispensa, restando apenas 11, número inferior ao mínimo legal para a instalação da sessão.

Além disso, parte dos jurados não foi encontrada, outros possuíam funções incompatíveis com a atividade e outros tinham pendências judiciais que retiravam sua isenção para participar da sessão.

Desta forma, a decisão liminar do TRF considerou os argumentos relevantes para determinar a suspensão da sessão de julgamento até que seja julgado este incidente acima relatado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 220 / 2013

Brasília, 04 de dezembro de 2013.

As organizações de direitos humanos Dignitatis – Assessoria Técnica Popular, Justiça Global e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, que atuam no acompanhamento do caso aguardam que tal incidente possa, no mérito, ser julgado procedente, determinando-se o desaforamento do processo para outra comarca. Assim, desta forma garantindo um julgamento justo e adequado de um dos casos mais emblemáticos na luta pelos direitos humanos no Brasil. Essa expectativa é reforçada também pelos familiares de Manoel Mattos, em especial, por sua mãe, Nair Ávila.

Maiores informações:

Débora Guerra

Assessora de Comunicação

Telefone: (83) 9171-6718

Acompanhe no Facebook: Júri Manoel Mattos



Nós, os europeus

SÍTIO TA NO SITE, 04.12.2013

No ano de 2007, fui responsável pela disciplina de Estágio Supervisionado, no curso de História da Unicentro, e me deparei com a singela constatação de alguns alunos de que existia população negra na cidade de Guarapuava.

A descoberta inusitada dos alunos veio após ministrarem aulas nos Cebjas (Centros de Educação Básicas de Jovens e Adultos), em cursos trimestrais nos bairros da cidade. Eles não tinham visto negros na universidade, nem no cinema, nas pizzarias, nos escolas de inglês, nem trabalhando nos bancos, nem vendedores/as das boutiques locais. Mas conseguiram, enfim, enxergá-los: eram trabalhadores/as pobres, adultos, e tentavam ainda cursar o ensino fundamental.

Esses alunos acreditaram na europeidade da cidade. Europeidade efetivada pela junção, sempre reavivada, entre a brancura da pele (de alguns) e o vento gelado, o clima. O discurso memorialista (histórico) construído há tempos, que rememora e enaltece a conquista dos homens brancos europeus, galopando imponentes corcéis, já havia calado fundo no imaginário deles também.

A leitura de Octavio Ianni (As metamorfoses do escravo/1962) se tornou imprescindível para desintoxicá-los do memorialismo. Mesmo não sendo especialista na temática, sabia que desde a década de 1960 as teses da brancura do Paraná (e do Brasil meridional) e a ideia de uma produção baseada no trabalho livre/migrante, já haviam sido contestadas.

Independente do coeficiente relativo de cativos na comunidade, o regime de trabalho escravizado foi a instituição básica para a qual sempre tendeu a utilização da força de trabalho. Em todas as atividades produtivas, nas fazendas de pecuária, na mineração, nos engenhos de erva-mate, nos serviços domésticos, no transporte entre vilas, nas milícias, a população negra, escravizada ou liberta, estava presente.

Mas, entre nós, a visibilidade dos negros ainda é um problema. Além de negarmos a existência da população negra, negamos o próprio racismo e ainda insistimos em não ver as desigualdades étnico-raciais que saltam das estatísticas: escolaridade, homicídio, desemprego, moradia, propriedade da terra etc... Podemos até nos ariscar de falar em cultura-afro, mas o debate sobre o direito à terra nem pensar.

Atualmente, o Paraná tem 41 comunidades quilombolas. Na microrregião de Guarapuava existem oito, e a maior parte delas ainda resiste e luta pelo direito à terra e à moradia. São três em Cândói (Despraiado, Vila Tomé e Cavernoso); a comunidade Paiol de Telha que pertence aos municípios de Reserva de Iguazu e Pinhão; três em Palmas (Trindade Batista; Fortunato e Lagoão); uma em Turvo (Campina dos Morenos).

CONT.



Na definição contemporânea da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), comunidades quilombolas são os "grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar". Quilombolas são comunidades que se constituíram tanto durante a vigência do sistema escravocrata, que durou mais de 300 anos, quanto após a abolição desse sistema no século 19, enfrentando as mais diversas desigualdades e violências até hoje.

Dentre as diversas violências sofridas (humilhações, expulsões da terra, pobreza, assassinatos), para mim, a maior delas segue sendo a da invisibilidade. O debate sobre a situação das oito comunidades quilombolas da região, e em específico a situação da comunidade de Paiol de Telhas, não faz parte da pauta dos meios de comunicação locais nem dos debates políticos, acadêmicos e dos púlpitos religiosos.

Nesta quinta-feira, 28, o TRF4 (Tribunal Regional Federal da Quarta Região/RS) vai julgar em Porto Alegre o processo que envolve a titulação das terras da comunidade quilombola Paiol de Telha. Esse caso tomou dimensões nacionais uma vez que envolve a decisão sobre o questionamento da constitucionalidade do Decreto Federal 4887/03, o qual trata da titulação de territórios quilombolas. No julgamento da titulação da comunidade Paiol de Telha, será consolidada uma posição acerca de todos os outros territórios quilombolas da região Sul, e pode influenciar todos os demais processos sobre terras quilombolas em curso no país. Mas, mesmo assim a luta dos quilombolas não mereceu a atenção da sociedade guarapuavana.

O racismo, ao contrário, escorreu pelas bocas e a reafirmação da posição de classe floresceu como nunca. A negação da "consciência negra" nas redes sociais; o ataque dos capitalistas à lei que instituiu o feriado; e a abolição (cancelamento) pela universidade são os corolários do racismo e de sua estratégia milenar que é o negacionismo. Quem sabe tenha sido a inesperada neve de julho que fez nossa europeidade vir à tona.

Rosemeri Moreira é doutora em História Cultural e Professora do Departamento de História da Unicentro.

Publicação original no Diário de Guarapuava.

Ativista critica omissão contra abusos policiais

SÍTIO JORNAL DO COMÉRCIO/RS, 04.12.2013



Há um aprofundamento da violação a direitos fundamentais, diz Araújo

O advogado e ativista pelos direitos dos indígenas e quilombolas Onir Araújo protagonizou um episódio que ganhou repercussão no Estado no Dia da Consciência Negra: foi detido durante uma abordagem policial quando celebrava a data em uma roda de violão, no Largo Zumbi dos Palmares, em Porto Alegre. Na ocasião, a polícia alegou que Araújo teria se negado a se identificar. Mas o ativista afirma que a ação foi truculenta e a prisão, arbitrária.

Nesta entrevista ao Jornal do Comércio, o advogado comenta o episódio, critica as ações

do Estado frente a denúncias de abuso de poder policial e defende a desmilitarização da polícia. Araújo também explica o andamento do processo de racismo institucional movido pelas famílias do Quilombo dos Silva contra o Estado - após a entrada da Brigada Militar no local, em 2010 -, e o caso do estudante baiano Helder Santos, vítima de agressões e racismo por integrantes da corporação e que precisou retornar à Bahia após sofrer ameaças de morte por denunciar os fatos.

Jornal do Comércio – A detenção foi motivada por sua militância ou poderia ter acontecido com qualquer pessoa que estava no local?

Onir Araújo – É difícil dizer. O fato é que era um pouco mais de meia-noite, estávamos em uma roda de viola com umas 15 pessoas, uma delas tocando violão, e foram diretamente em mim. Antes disso, durante o dia, nas atividades que estávamos fazendo, identificamos um carro discreto, que é o mesmo que já vinha acompanhando a Frente Quilombola em várias atividades, e eles ficaram nos fotografando. Temos representações contra a Brigada Militar pelo que aconteceu no dia 30 de agosto (quando uma manifestação de quilombolas e indígenas em frente ao Palácio Piratini foi dispersada com bombas de efeito moral), representação em função da invasão do Quilombo dos Silva em 2010 e também em função da minha atuação no caso do Helder. O concreto é que havia 15 pessoas, não tinha nenhum barulho excessivo e a violência foi direta.

JC – No caso do Helder, o senhor chegou a receber cartas anônimas com ameaças, que inclusive foram entregues ao governo do Estado. Acredita que essas ações são tentativas de coação?

CONT.



Araújo – O fato é que isso não me coage. Não vou deixar de fazer a luta do meu povo. Mas é um fato muito estranho... Temos um relato de um servidor que atua no (serviço de atendimento ao cidadão) 156 e disse que vários chamados como este são recebidos todos os fins de semana, que eles repassam para a BM, e a polícia nunca toma a atitude que teve naquele dia. Isso está documentado. É estranho também porque eles vieram, dentro do carro (a caminho da delegacia), perguntando se nós éramos lideranças da Frente Quilombola. O que é que tem a ver uma coisa com a outra? A gente estava em uma praça, em uma roda de viola, nada demais e, na prática, ninguém se recusou a se identificar porque não deu tempo de fazer nada, porque eles chegaram com essa postura truculenta. Questionei os policiais sobre de onde havia partido a reclamação, já que ali era uma praça em frente a estabelecimentos comerciais, e também o porquê de identificar as pessoas. Nesse momento, levei uma chave de braço, uma pancada nas costas, uma gravata, algemas, aquelas coisas todas que a BM está acostumada a fazer.

JC – O governo tem dado respostas a essas denúncias sobre a forma de atuação da Brigada Militar?

Araújo – As situações que aconteceram comigo não são isoladas. Como advogado e militante, já havia acompanhado casos semelhantes durante as manifestações (fui um dos advogados que acompanhou as manifestações populares de junho e a ocupação da Câmara Municipal pelo Bloco de Luta). São prisões arbitrárias, flagrantes forjados, pessoas que eram detidas em paradas de ônibus e que eram detidas sem ter feito qualquer delito, como o caso dos três professores do Cpers (no episódio de manifestação que resultou em danos ao patrimônio do Museu Júlio de Castilhos). Na verdade, a postura do governo do Estado foi de literalmente passar a mão na cabeça disso tudo que estava acontecendo. Depois, não adianta dizer que “esse pessoal tá fora de controle”. Se você estimula e não toma nenhuma medida, é óbvio que vai ficar fora de controle. No dia 21 (de novembro), logo após a minha prisão, houve uma mobilização da Brigada Militar por aumento de salário, e a palavra de ordem era “sem Brigada não vai ter Copa”. Ou seja, eles relacionam a questão da melhoria salarial a agirem enquanto um grupo de Estado que vai servir para criminalizar as manifestações.

JC – Houve algum avanço com relação às denúncias feitas pelos militantes após as manifestações populares?

Araújo – Nenhum avanço. Foram feitas várias denúncias e não teve nenhum avanço concreto. Só houve avanço em relação ao processo de criminalização de ativistas e militantes. Com relação aos militares, nada.

JC – E os militares envolvidos no processo do Helder?

Araújo – A ação que entramos contra o Estado está em andamento. Mas com relação aos quatro militares, aquilo morreu no Tribunal Militar. Não tenho notícia de nenhuma punição administrativa por transgressões dentro do código penal militar e de que tenham tido algum desdobramento disso.

JC – E o Quilombo dos Silva?

CONT.



Araújo – A ação que foi movida pelos policiais militares por desacato, contra o rapaz que foi torturado, não foi aceita. Agora, a denúncia contra os policiais militares foi recebida e o processo está andando. Inclusive um deles está preso, não em decorrência disso, mas por estar vinculado ao assassinato do coronel do Exército (Julio Miguel Molina Dias) que tinha documentos do caso Rubens Paiva. O outro fez a transação penal e está no interior do Estado, cumprindo uma medida disciplinar. Tem também uma representação feita pelo Ministério Público Federal contra o Estado que ainda está tramitando.

JC – Esses episódios aconteceram em locais distintos: o caso Helder em Jaguarão, a invasão do quilombo no bairro Três Figueiras e as manifestações no Centro de Porto Alegre. Por que a postura da Brigada Militar é semelhante?

Araújo – A Brigada é uma instituição de Estado que, na verdade, a questão dela não é garantir a segurança pública. O caráter dela é de repressão à população e de controle. É uma instituição de Estado que tem essa característica. É fundamental que a sociedade discuta a desmilitarização para ter uma polícia civil. O Brasil é o único país ocidental que tem uma polícia militar. E os dados mostram que há um olhar completamente diferenciado em relação à população negra e pobre e à outra população, e esse quadro é extremamente preocupante. Não se trata de impulso autoritário. É uma permanência ao longo da história. A sinalização que está sendo dada é de que todo mundo tem medo de mexer com isso e mudar essa lógica.

JC – As alterações que aconteceram na legislação após as manifestações devem aumentar a repressão contra os movimentos sociais?

Araújo – Sim, e é extremamente preocupante. O que acontece é que vai se consolidando um Estado praticamente de exceção nas capitais onde vai haver os jogos da Copa. A instalação de um Estado em que a própria Constituição não vai ser respeitada. Vamos ter um aprofundamento do quadro de violação a direitos fundamentais. É um horizonte muito complicado que se avizinha.



Prae participa de ação social na comunidade Quilombola na Vila da Quinta

SÍTIO UFRG, 04.12.2013

O Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, prof. Vilmar Alves Pereira, participou na tarde de sábado, 30, da ação social realizada para Comunidade Quilombola na Vila da Quinta, juntamente com o Coletivo Macanudos de Estudantes Negros e Negras da FURG.

O encontro foi organizado pela Secretaria de Município de Cidadania e Assistência Social. Nesse encontro, foi realizado o cadastramento dos quilombolas com intuito de facilitar o acesso aos incentivos e proporcionar informações sobre as leis que protegem e beneficiam essa comunidade.

Na ocasião, foi apresentado a comunidade ações que os diferentes projetos da FURG vem desenvolvendo no horizontes das ações afirmativas. Com muita descontração e músicas, a roda de conversa disseminou a história do Quilombo, bem como debates e desafios a todos participantes.

Para o pró-reitor Vilmar, "ações como essas reforçam um paradigma de uma universidade que acolhe e valoriza as diferenças. Também considera este espaço como aprendizagem, pois na escuta da comunidade desenvolvemos nossa sensibilidade o que é fundamental na elaboração das políticas de acesso e permanência dos estudantes no contexto da vida universitária".

Após anos de disputa, MT tem primeira desapropriação com objetivo social
SÍTIO 24 HORAS NEWS, 04.12.2013

Incrá inicia regularização de área quilombola na Fazenda Mato Grosso



Luta dos quilombolas em MT: sempre houve conflitos com invasores das terras doadas aos negro
Foto: Marcus Mesquita

A Justiça Federal autorizou a superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no Mato Grosso, a desapropriar uma das fazendas que fazem parte do território quilombola de Mata Cavalo, no município de Nossa Senhora do Livramento, na Baixada Cuiabana. Trata-se da primeira desapropriação por interesse social para regularização de área quilombola no estado.

A secretária da Associação Sesmaria Boa Vida Quilombo Mata Cavalo, Gonçalves Eva de Almeida, recebeu a notícia com alegria. Segundo Dona Gonçalves, a associação prepara uma festa no dia 15 de dezembro para comemorar a vitória.

A desapropriação faz parte de um processo que culminou em despacho da Justiça Federal expedindo mandado que autoriza o Incra a tomar posse da fazenda "Livramento", com área de 164 hectares. "É a primeira de várias outras ações que estão por vir", afirma o chefe da Procuradoria Federal Especializada do Incra (MT), Rinaldo Cosme Marques Dias.

De acordo com o Procurador Federal, o Incra comprovou o depósito da indenização prévia a ser paga aos expropriados e agora aguarda o cumprimento do mandado por Oficial de Justiça. O Incra ainda deverá publicar editais dando conhecimento da decisão a terceiros.

CONT.



Há ainda outros 48 imóveis a serem desapropriados pela autarquia no território quilombola. Destes, 15 já foram vistoriados para cálculo das indenizações. "Temos esperança de que obteremos êxito em todas as demais ações", afirma o superintendente regional do Incra/MT, Valdir Barranco. "A decisão judicial favorável ao Incra coroa o trabalho das nossas equipes técnicas e jurídicas e, sobretudo, traz justiça às famílias remanescentes do quilombo Mata Cavalo, que conquistam seu território após 125 anos da Lei Áurea".

O Quilombo Mata Cavalo possui 14.400 hectares e foi doado por Ana da Silva Tavares em 1.883 aos seus ex-escravos. Segundo Gonçalves de Almeida, sempre houve conflitos com invasores das terras doadas aos negros. No entanto, na década de 90 parte da área foi invadida e os descendentes de escravos foram inclusive expulsos de suas terras, e viram as casa em que habitaram por gerações serem demolidas.

Em 2002 o então procurador da República Pedro Taques ingressou com ação na Justiça pedindo o reconhecimento do direito de posse das famílias que habitavam a região há mais de 130 anos. Para Gonçalves, a ação foi fundamental para impedir os abusos e desmandos.

"Recebíamos ameaças e havia na Justiça diversas ações que pesavam em contrariedade ao quilombo. Procuramos ajuda no Ministério Público e conseguimos provar em vários casos que os papéis dos que pediram a nossa terra tinha origem falsa", disse, referindo-se a fraudes em títulos.

Em 2009, na data em que se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro) o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto reconhecendo o território quilombola de Mata Cavalos como de interesse social, possibilitando ao Incra iniciar a desapropriação dos imóveis rurais que integravam as terras.

Agora, com a imissão na posse, o Incra pode destinar a terra para o uso coletivo das 418 famílias remanescentes de quilombo que vivem no local, o que representa o reconhecimento da posse. A titulação se dará quando outros imóveis que compõem o território forem desapropriados para o mesmo fim.



Governo do Maranhão entrega títulos de terra a quilombolas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.12.2013

Comissão Pró-Índio de São Paulo* – Treze comunidades quilombolas da Baixada Ocidental maranhense foram beneficiadas, nesta sexta-feira (29), pelo Governo do Estado, com a emissão de Títulos de Domínio de propriedade das terras onde vivem. A solenidade de entrega dos documentos, ocorrida no Grêmio Recreativo do município de Viana, teve presença dos secretários de Estado de Infraestrutura, Luis Fernando Silva; e de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar, Fernando Fialho; e do prefeito de Viana, Francisco Gomes.

Ao todo, serão beneficiadas 673 famílias remanescentes de áreas quilombolas, em 4.944 hectares de terras, nos municípios de Viana, Olinda Nova do Maranhão, Pedro do Rosário, São Vicente Ferrer e Matinha. Entre as comunidades quilombolas beneficiadas estão São Benedito dos Carneiros, Rio das Lages, Cacoal, Santa Maria, Palmeiralzinho, Palestina, Santa Izabel, Curral de Varas, Cutia I, Cutia II, São José de Bruno, Faixa e os Paulos.

O secretário Luis Fernando Silva ressaltou a estreita relação institucional que o Governo do Estado sempre teve com o município de Viana, levando ações e programas em favor da região. Com relação à entrega dos títulos de terra aos quilombolas, o secretário foi enfático ao destacar o ato como o princípio de uma nova vida para as famílias beneficiadas.

“Agora, acabou definitivamente a luta de vocês pela terra, pois poderão voltar para casa sem se preocuparem com a grilagem e com a falta de respeito”, disse Luis Fernando. “Não há melhor caminho para mudar a realidade do homem e da mulher do campo que a garantia de que permaneçam em suas terras, com estímulos à inclusão produtiva e dezenas de outros benefícios que vocês passam a ter direito agora com a aquisição desse título definitivo”, destacou.

Na oportunidade, o secretário Luís Fernando anunciou obras de asfaltamento da estrada do Itans, em Matinha, como outra importante ação de fortalecimento da agricultura familiar da região, pois a via vai melhorar o escoamento dos produtos. Os recursos para o projeto já estão disponibilizados.

De acordo com o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), somente este ano já foram emitidos 14 Títulos de Domínio para comunidades remanescentes de quilombo, de um total de 50 títulos já emitidos pelo Governo do Maranhão, beneficiando um total de 2.977 famílias quilombolas. O diretor de Assentamento do Iterma, Levi Alves, explicou que os Títulos são emitidos em nome das Associações que representam as comunidades remanescentes de quilombos. Ou seja, cada título comunitário concedido beneficia uma quantidade expressiva de famílias integrantes das associações agraciadas.

Ação afirmativa

CONT.



O secretário Fernando Fialho destacou que a concessão dos títulos a famílias quilombolas é mais uma ação afirmativa do Governo do Estado, que garante dignidade ao homem do campo, valoriza as comunidades tradicionais, propicia o acesso a políticas públicas e ao crédito rural. "Além do mais, de posse do documento, as comunidades tradicionais poderão agora participar dos programas do Governo Federal destinados especificamente a agricultores familiares e a comunidades quilombolas", afirmou Fialho.

Uma das famílias agraciadas é a da Dona Francília dos Santos Lopes, 72 anos, que vive na comunidade do Cacoal desde que nasceu. "Achei muito boa esta ação de nos conceder esse título de propriedade da nossa terra, agora teremos maior tranquilidade", disse ela. O mesmo pensamento tem o agricultor Justino Raposo Pereira, 62 anos, da comunidade de Rio das Lages, onde vive há 32 anos com seus quatro filhos. "Há anos esperávamos por esse momento, e agora vemos nosso sonho sendo realizado", disse ele.

De acordo com a programação do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), órgão ligado à Secretaria do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar (Sedes), que coordena as ações na área, serão tituladas 14 áreas remanescentes de quilombos, só neste ano, e mais 38 estão sendo arrecadadas para a titulação em 2014/2015. A próxima área será a da comunidade Boqueirão, em Icatu, beneficiando 60 famílias.

Participaram também do evento os secretários de estado de Segurança Pública, Aluisio Mendes; e de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, Luiza Oliveira; o deputado estadual Max Barros, além de lideranças políticas e rurais das comunidades contempladas.

* notícia originalmente publicada no site do Governo do Maranhão

Em manifestação, índios tentam subir rampa do Palácio do Planalto
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 04.12.2013

O grupo chegou a entrar em confronto com seguranças do local



Índios protestam diante do Ministério da Justiça

Um grupo de manifestantes indígenas entrou em confronto com seguranças do Palácio do Planalto na manhã desta quarta-feira (4/12). Eles tentaram subir a rampa que dá acesso ao local. Após a confusão, o grupo se deslocou para o Ministério da Justiça.

Os índios se concentraram no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), próximo à Ponte JK e seguiram até o palácio. A Polícia Militar foi acionada para acompanhar o protesto.

De acordo com a PM, o grupo participa da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada no CICB. O encontro discute diretrizes para as políticas de saúde executadas nas aldeias.



Índios e produtores de MS aguardam solução para disputa de terras

SÍTIO G1, 04.12.2013

Índios e produtores rurais de Sidrolândia estão em compasso de espera. Governo deve divulgar uma solução nos próximos dias.

Nenhum boi no mangueiro, máquinas paradas, capela em ruínas. Na sede da propriedade, ainda é possível ver os escombros da casa incendiada, cenário da fazenda Buriti, seis meses depois do confronto entre índios e policiais.

Mas nem tudo é destruição. Em uma pequena parte da fazenda que tem no total 300 hectares, os índios plantaram milho, abóbora, mandioca, feijão de corda e melancia.

Eles também criam galinhas e têm um rebanho de mil bovinos. Hoje a imagem na fazenda nem se compara àquela registrada no dia 30 de maio, que terminou na morte do índio Oziel Gabriel, de 36 anos. Ele foi baleado quando forças policiais chegaram para fazer a reintegração de posse da fazenda.

Depois do confronto foi criada uma comissão com representantes de vários setores da sociedade para discutir o processo de reforma agrária e apontar soluções para a disputa de terras entre índios e produtores rurais do estado.

Técnicos procuram encontrar mecanismos jurídicos e orçamentários mais adequados para fazer os pagamentos.

Nos últimos dias, o clima voltou a ficar tenso na região, segundo os terenas, e a Força Nacional de Segurança foi chamada para fazer vigilância nas aldeias.

Vinte policiais da Força Nacional de Segurança chegaram no fim de semana, mas ainda não estão fazendo patrulha. Eles dependem de ordens de superiores para iniciar oficialmente os trabalhos.

Índios e produtores contam que estão mais tranquilos com a presença da polícia.

O Ministério de Justiça prometeu divulgar os valores das indenizações até o dia 11 de dezembro.



Entidades convocam para ato em apoio aos direitos dos indígenas

SÍTIO DOURADOS AGORA, 04.12.2013

Evento acontece neste sábado, dia 7, no Teatro de Arena do Horto Florestal, em Campo Grande, a partir das 14 horas

Movimentos sociais, sindicatos, estudantes e artistas realizam neste sábado, dia 7 (mesmo dia do leilão da Acrisul), um ato em solidariedade e apoio aos direitos dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul.

O objetivo do ato é dar continuidade à arrecadação de alimentos e roupas, bem como apoiar a demarcação das terras indígenas no estado. Segundo os organizadores, ontem já partiu um caminhão com mais de cinco mil quilos de alimentos, além de roupas, que já foram arrecadados pelos movimentos sociais, sindicatos e sociedade civil.

As entidades que estão à frente do evento pretendem, com o ato, mostrar para a sociedade que as comunidades indígenas contam com solidariedade e apoio na luta pela demarcação das suas terras tradicionais e que estão garantidos na Constituição de 1988.

“A demarcação está garantida na Constituição, porém até agora tem sido protelada. Não dá mais para esperar. Já se passaram 25 anos desde a promulgação da Constituição. Para que serve a Constituição? As terras indígenas foram invadidas e muitos indígenas já foram mortos neste estado. Não é verdade que os índios sejam os invasores, eles é que sofreram um processo de expropriação ilegal de suas terras, com a vista grossa do Estado”, afirma um dos organizadores do Ato.

O movimento será um contraponto ao leilão que será realizado pela Acrisul no mesmo dia. “Estão arrecadando dinheiro para financiar milícias, falam isso abertamente, como falam que ocorrerá derramamento de sangue. O sangue de quem será derramado? O sangue de quem tem sido derramado? Mais de 200 lideranças indígenas deste estado já foram assassinados. Quantas lideranças dos fazendeiros foram mortas? De que lado está a violência? Por isso faremos este ato como uma reação de indignação frente ao que está acontecendo. Para afirmarmos claramente: não, não são todos que concordam com isso. Nós queremos justiça. A paz no campo passa pela demarcação das terras indígenas, assim como pela titulação das terras das comunidades negras e pela reforma agrária, para contemplar os sem-terra. Qualquer plano que vise a paz no campo não pode ignorar essas questões”, afirma.

O Ato terá início a partir das 14 horas com diversas apresentações artísticas. Estão na programação apresentações musicais, exposição de quadros, performances teatrais, vídeos e dança. Às cinco horas acontece o ato de apoio aos direitos dos povos indígenas e depois continuam as apresentações artísticas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 220 / 2013

Brasília, 04 de dezembro de 2013.

As seguintes entidades assinam a convocação do ato: FETEMS, CUT, MST, CTV, DCE-UFMS, CTB, CSP-CONLUTAS, CPT, CIMI, CDDH-Marçal de Souza, CEDAMPO, CEBI, MMC, ONG AZUL, TPT, SISTA, SINTES, SEEB-CG, SINTECT, SINTSPREV, SINTIEMC e RECID.

Após 50 dias, ministro atende índios e demite coordenador da Sesai

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 04.12.2013



Nelson pediu para sair em reunião no dia 15 de outubro. (Foto: Marcos Ermínio)

Após 50 dias do pedido de demissão, o Ministério da Saúde exonerou Nelson Carmelo Olazar do cargo de coordenador do Dsei (Distrito de Saúde Indígena) em Mato Grosso do Sul. Assinada pelo ministro Alexandre Padilha, a portaria 2.938 foi publicada na edição de hoje do Diário Oficial da União.

A exoneração, a pedido, foi o ápice de uma queda de braço entre os índios e Nelson Olazar. Segundo as denúncias, o Dsei é um órgão com orçamento em torno de R\$ 50 milhões, mas com estrutura precária, que penaliza 75 mil índios em Mato Grosso do Sul.

O cenário de caos foi apresentado em 15 de outubro, durante reunião no MPF (Ministério Público Federal), em Campo Grande. No encontro, os índios exigiam a cabeça do coordenador.

Ao término da reunião, Nelson Olazar pediu para sair. Na ocasião, em sua defesa, declarou que não respondia a nenhum processo por denúncia sobre sua gestão. Ele estava no cargo há sete anos.

Anteriormente, os índios chegaram a ocupar o prédio do órgão federal na Capital por 21 dias em protesto à gestão do Dsei.

Governo quer “meio-termo” contra conflito indígena

SÍTIO CONGRESSO EM FOCO, 04.12.2013

Ministério da Justiça defende novo rito de demarcação de terras para acelerar criação de reservas e atenuar disputa judicial entre índios e agricultores. Proposta desagrada aos indígenas



Entidades e deputados que defendem os índios resistem a mudanças propostas pelo Ministério da Justiça

Recebida com desconfiança por lideranças ligadas à causa dos índios, a proposta do governo de mudar o rito de demarcação de terras indígenas vai acelerar o processo de criação de reservas e reduzir os conflitos entre comunidades tradicionais e agricultores, segundo o Ministério da Justiça. Em entrevista ao Congresso em Foco, o secretário de Assuntos Legislativos do ministério, Marivaldo de Castro Pereira, afirma que a abertura da possibilidade de apresentação de recursos extras para questionar a terra indígena vai impedir que as disputas entre índios e não-índios se arrastem na Justiça.

“Se você briga com seu vizinho, onde é mais fácil de resolver? No mediador da esquina, com os dois se cumprimentando, ou levando o problema para o Judiciário? Mediação é muito mais ágil”,

defende Marivaldo. O texto da minuta da portaria foi apresentado à Câmara na última quinta-feira (28). A proposta retira poderes da Fundação Nacional do Índio (Funai), ao permitir que órgãos federais, estaduais e municipais interfiram no processo antes da decisão do ministro da Justiça e da presidente da República para criar a terra. Nesta semana, o ministério deve receber contrapropostas feitas por representantes dos índios e da bancada ruralista.

“Não podemos permitir que a demarcação seja feita fechando os olhos para o conflito”, disse o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça. Marivaldo ressalta que a criação de terras dura hoje de dez a 30 anos. Com as novas regras, esse período será reduzido drasticamente, na avaliação dele. Apesar disso, ele não sabe dizer quanto tempo será economizado com o novo procedimento.

Para Marivaldo, os interesses dos agricultores e dos índios serão preservados em uma espécie de “meio-termo”. Essa é, no entendimento do governo, a melhor alternativa à PEC 215, que passa a demarcação para as mãos do Congresso, hoje dominado pela bancada ruralista. “Vou

CONT.



concretizar os direitos das comunidades indígenas sem fechar os olhos para outros interesses.”

Ele nega que o governo federal tenha incluído órgãos da área de infraestrutura, transporte, energia e meio ambiente na discussão das terras indígenas com vistas a impedir que sejam travadas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). “Todo órgão que tiver dado que interesse ao processo de demarcação poderá trazer essas informações, que serão consideradas por aqueles que desenvolvem estudo técnico para delimitação da terra indígena. Em momento algum, se tem o foco em uma política pública ou outra.”

De acordo com a minuta, além de órgãos federais, prefeituras e governos estaduais serão chamados a participar do processo, acompanhando o grupo técnico da Funai. Marivaldo acrescenta que os cidadãos, como acontece hoje, também poderão fazer pedidos à Fundação e, de certa forma, interferir no procedimento.



Boletim de Notícias - Edição nº 220 / 2013

Brasília, 04 de dezembro de 2013.

MJ debate portaria para soluções dos conflitos indígenas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 04.12.2013

Medida dará poderes à Funai para provocar a mediação de conflitos envolvendo a demarcação de terras pelo Ministério da Justiça

O Ministério da Justiça está recebendo contribuições de indígenas e entidades indigenistas, órgãos governamentais e associações de agricultores sobre a minuta de portaria para solução dos conflitos no processo de demarcação de terras indígenas. A medida dará poderes à Fundação Nacional do Índio (Funai) para provocar a mediação de conflitos envolvendo a demarcação de terras pelo Ministério da Justiça.

A nova regulamentação permitirá a participação de órgãos interessados e aumentará a transparência no processo demarcatório. A expectativa do Ministério da Justiça é que o novo procedimento reduza a judicialização e, com isso, agilize a demarcação de terras indígenas em todo o país.



Fazendeiros continuam com leilão para financiar combate aos índios na luta por terras em MS

SÍTIO 94 FM DOURADOS, 04.11.2013

Aproximadamente 800 cabeças de gado foram arrecadadas para serem leiloadas



Apesar das negociações do governo Federal para solucionar os conflitos entre indígenas e fazendeiros em Mato Grosso do Sul, os produtores rurais vão manter a realização do Leilão da Resistência. De acordo com o presidente da Acrissul (Associação de Criadores de Mato Grosso do Sul), Chico Maia, eles consideram o leilão um ato político.

O leilão tem a intenção de arrecadar verbas para financiar ações de produtores que estão com propriedades ocupadas ou que podem ser ocupadas por indígenas. "Os recursos serão destinados para cada sindicato para que façam

suas ações pontuais. Em Campo Grande o recurso será para imprensa, mídia, logística e algum tipo de segurança para os produtores. Os recursos serão usados para nossa proteção", afirma.

Conforme o presidente da Acrissul, aproximadamente 800 cabeças de gado foram arrecadadas para serem leiloadas, além de grãos e animais de pequeno porte. Entre os convidados estão confirmadas a presença de pelos menos 15 representantes do Congresso Nacional, entre eles os deputados federais Ronaldo Caiado (DEM/GO) e Luis Carlos Heinze (PP/RS).

Para Maia, o leilão tem a intenção de conscientizar os produtores rurais e uni-los para todas as questões que envolvem a terra. "Ontem foram os sem terra, hoje são índios, amanhã podem ser os quilombolas, o pessoal do meio ambiente, as ONGs, carga tributária, trabalho escravo, ou seja, uma serie de situações que se apresentam contra nós. O campo deveria receber prêmio pelo bem que faz ao país", acredita.

O leilão ocorrerá no próximo sábado (7), a partir das 13h, no Parque de Exposições Laucídio Coelho, em Campo Grande.



Terras indígenas, minuta vai atrasar diz Padre Ton

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 04.12.2013

Minuta de portaria vai atrasar ainda mais a demarcação de terras indígenas, diz Padre Ton

Depois de avaliar a minuta da portaria enviada pelo Ministério da Justiça no final de semana e que “estabelece instruções para a execução do procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas”, o coordenador da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, deputado federal Padre Ton (PT-RO), declarou ontem, hoje (3), que a portaria “tira a autonomia da Funai” e define procedimentos “que irão atrasar ainda mais o processo de demarcação de terras indígenas”.

“Essa minuta tem um texto prolixo, com artigos que mostram clara intenção de travar novas demarcações, e a proposta de criação de uma Câmara de Conciliação e Mediação no âmbito do Ministério da Justiça indica a intenção de postergar decisões, o que irá gerar mais conflito fundiário”, avalia Padre Ton.

“Se o Incra tem instância de mediação, de diálogo entre partes divergentes, porque a Funai não pode ter?”, acrescenta o deputado. Para ele, com longos 37 artigos, a minuta retira totalmente o protagonismo da Funai de normatizar o processo demarcatório, mantendo sob sua responsabilidade a execução.

A demora no processo de avaliação de áreas identificadas como indígenas é visível no artigo 10 da minuta da portaria, que determina a notificação, pela instituição, de nada menos do que nove ministérios sobre a constituição do grupo técnico encarregado de elaborar os estudos de identificação e delimitação da terra indígenas.

“Cada um desses órgãos, como o Ministério dos Transportes, de Energia, das Cidades, da Agricultura entre outros, poderá indicar representantes para acompanhar o trabalho do grupo técnico e apresentar suas objeções e divergências, prorrogando indefinidamente a conclusão dos estudos”, diz Padre Ton.

Além do mais, a minuta prevê também a possibilidade de voto em separado por parte dos próprios membros do grupo técnico a respeito dos estudos, gerando ainda mais demora no processo.

Padre Ton diz que o governo deveria, no texto, desconsiderar a Portaria 303 da Advocacia Geral da União (AGU), instrumento considerado inconstitucional e que não foi revogado apesar dos inúmeros apelos dos movimentos indígenas e de outros setores da sociedade.

“A minuta privilegia os interesses econômicos, projetos de grandes empreendimentos, sem considerar, mais uma vez, a possibilidade de ouvir os povos indígenas”, diz.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 220 / 2013

Brasília, 04 de dezembro de 2013.

O coordenador da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas lamenta que o Ministério da Justiça, ao invés de fortalecer a Funai, mediante a contratação de funcionários e ampliação de recursos no orçamento, atua para seu enfraquecimento.

“Se o governo queria dar chance de outras partes se manifestarem como vinha dizendo, o que na minha opinião já está previsto no decreto 1775, de 1996 e portarias complementares, não deveria subtrair o papel de relevo da Funai”, diz Padre Ton.

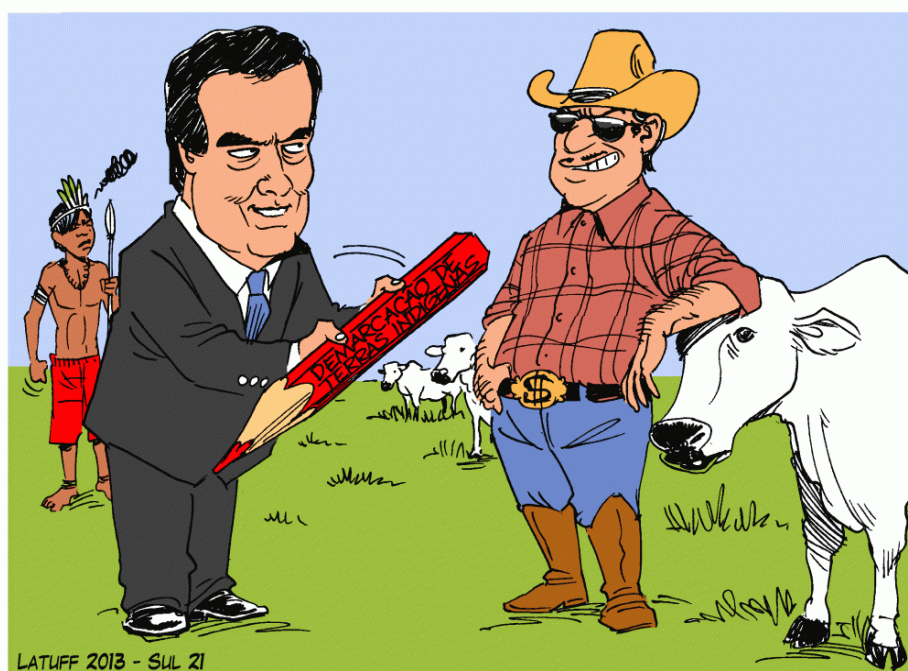
Para o deputado, a pressão do ruralismo brasileiro e de outros setores com poder econômico estão fazendo com que o governo negligencie no seu papel constitucional, o que revela “grande e grave erro”.

“Existem mais de 20 portarias declaratórias prontas para ser assinadas, pela homologação de novas terras indígenas, que o governo engavetou. É lamentável mas o governo está adotando uma posição inconstitucional e agravando a situação de conflito existente”, diz.

Com a possibilidade do ministro da Justiça dar a última palavra sobre um processo demarcatório, inclusive mandando reiniciar tudo do zero, “logo os ruralistas irão querer indicar o ministro da Justiça ao invés da Agricultura”, dispara Padre Ton.

Latuff e o direito dos índios à terra

SÍTIO SUL 21, 04.12.2013



Cerca de 1.700 indígenas de todo o país, presentes na Conferência Nacional de Saúde Indígena que ocorre em Brasília esta semana, realizarão manifestação nesta quarta-feira (4), no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), local da conferência.

A mobilização acontece depois de o movimento indígena ter tido acesso, no final da semana passada, à minuta do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para a publicação de uma portaria que "estabelece instruções" ao procedimento de demarcação de terras indígenas, nos termos do Decreto 1775/96. Por nenhum momento a minuta foi discutida no âmbito da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) com as lideranças indígenas ali representadas.

"Contrariamente às alegações do governo, a dita portaria eterniza a não demarcação de terras indígenas, fragiliza por vez a Funai, e desenha um quadro assustador de acirramento de conflitos", diz trecho da nota da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).



Adeus Terras Indígenas, por Egon Heck
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.12.2013

Para hoje. 04 de dezembro, está prevista uma grande mobilização indígena, com os 1700 indígenas que estão participando da Conferência da Saúde indígena. Será uma forma de dizer não à proposta cínica e vergonhosa de regulamentação das terras indígenas elaborada pelo Ministério da Justiça. Os ruralistas prometem fazer uma mobilização anti-indígena em Brasília no dia 11 deste mês”, informa Egon Heck, CIMI-MS, ao enviar o artigo que publicamos a seguir. Eis o artigo

IHU On-Line – Mais um decreto de extermínio. Aliás uma minuta carimbada pelo Ministro da Justiça, com tonalidades do Ministro Adams, da AGU, em sintonia com os ruralistas e o que de mais reacionário existe nas elites civis e militares brasileiras.

Quando, em agosto de 1996 o então ministro da Justiça Nelson Jobim, a título de “agilizar e democratizar” os procedimentos de regularização das terras indígenas, editou a portaria 1775 houve um grito geral dos povos indígenas e seus aliados. Seria o começo do fim da demarcação das terras indígenas, além de ter aspectos nitidamente inconstitucionais. Mobilizações indígenas se deram em todo o país, exigindo a revogação.

A pressão do movimento indígena e setores da sociedade, fez com que a desgraça não fosse pior. O primeiro a descumprir a portaria, nos prazos estabelecidos foi o próprio governo. Mesmo assim alguns processos de demarcação avançaram. Foi então que o agronegócio entrou em campo para exigir a paralisação total do reconhecimento das terras indígenas. Consideraram a portaria 1775/96 inconstitucional e pediram sua revogação além de pedir a extinção da FUNAI.

Com os governos Lula e Dilma se imaginava que a situação não poderia piorar. Aliás Lula, logo no início de seu mandato, prometeu a demarcação de todas as terras indígenas até o final de seu primeiro mandato. O que evidentemente não aconteceu até o final do segundo mandato. Reconheceu que o Estado brasileiro continuava com uma enorme dívida histórica para com os povos indígenas. Passou a dívida a Dilma.

No final do terceiro ano, tendo no horizonte a Copa do mundo, as eleições, decidiu aumentar e arrolar a dívida com os povos originários, especialmente no que diz respeito à demarcação e garantia das terras indígenas. A proposta de minuta do Ministério da Justiça nada mais é do que o cínico lavar as mãos acatando as genocidas propostas do agronegócio. Algo maquiavélico.

E a terra vermelha o levou

Ambrosio Kaiowa acaba de ser enterrado, na terra reconquistada de Guyraroka. Parte com as
CONT.



lutas, contradições, revoltas e iras de seu tempo. Sua luta de retomada da terra contrariou grandes interesses multinacionais e de políticos. Estava cercado de cana, sofrendo com o envenenamento da terra e das águas. Fez inúmeras denúncias em tom enfático.

Participou do movimento de luta Kaiowá Guarani, chegando a ser escolhido para o Conselho da Aty Guasu. Confinado, com sua comunidade em 60 ha, do total de 12 mil ha definidos por portaria declaratória como terra indígena, conviveu com muitas dificuldades, tensões e conflitos internos, nos últimos tempos. Se tivessem seu território livre certamente a realidade seria diferente e o desfecho de sua vida, outro.

Ambrosio teve projeção nacional e internacional pela sua expressiva atuação do Filme "Terra Vermelha", inspirado na luta do processo de retomada da terra, e que procurou retratar esse aspecto crucial para todos os Kaiowá Guarani, que é a privação de suas terras. Esse fato certamente teve conseqüências de não fácil dimensionamento.

Guýraroká foi uma das comunidades visitadas por inúmeras delegações, dentre elas a diretoria do Cimi e o então Secretário Geral da CNBB, D. Dimas, hoje arcebispo de Campo Grande. Nesta ocasião também recebeu a importante visita de índios Axá Guajá do Maranhão, que lhe entregaram um pacote de flechas.

Na sua aldeia estava previsto a realização de Encontro Continental Guarani, porém o encontro foi vetado pelo governador do Estado, vindo a se realizar meses depois em Anhetetê, no Paraná. Porém ficou a "Oga Guasu" grande casa de reza, cuja construção foi coordenada por ele

Ambrósio foi uma dessas lideranças que marcou a luta desse povo por seus direitos, não se livrando das contradições inerentes à sua personalidade e vítima de toda a estrutura de racismo e ódio que envolve a questão indígena no Mato Grosso do Sul.

Audiência pública sobre saúde pode ter presença de deputados e do ex-prefeito Nelsinho Trad

SÍTIO REGIÃO NEWS, 04.12.2013

A audiência contará com a participação do representante local da Secretaria Nacional de Saúde Indígena, lideranças dos assentamentos, além da comunidade em geral.



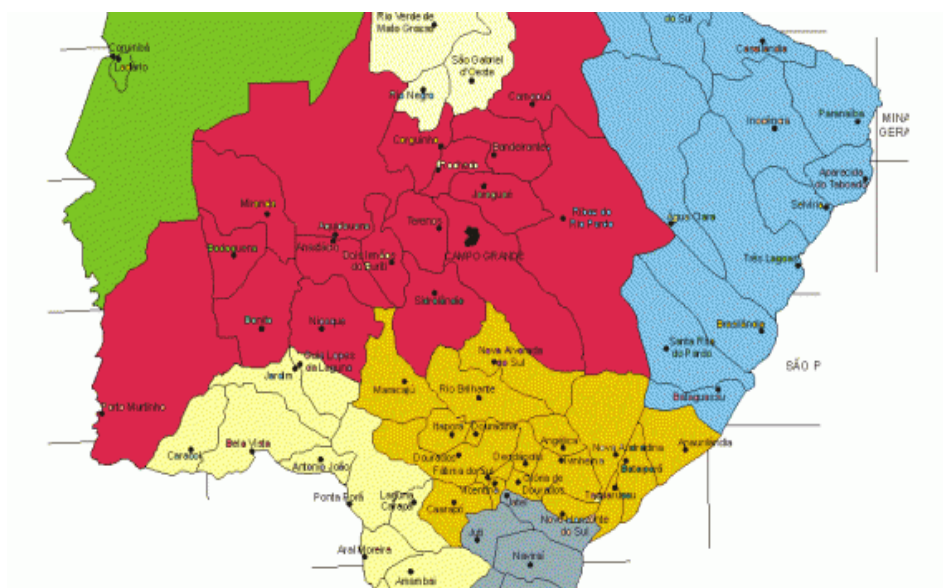
Por iniciativa do vereador Mauricio Anache (Solidariedade) a Câmara Municipal promove nesta quinta-feira às 18h30, audiência pública para discutir a questão da saúde pública em Sidrolândia, que a exemplo do restante do País, enfrenta precariedade no atendimento, com falta de médicos, remédios e equipamentos.

Está confirmada a presença dos deputados Geraldo Resende (PMDB), George Takimoto e a provável participação do ex-prefeito Nelson Trad Filho, que vai relatar sua experiência na área da saúde no comando da Prefeitura de Campo Grande por 8 anos. A audiência contará com a participação do representante local da Secretaria Nacional de Saúde Indígena, lideranças dos assentamentos, além da comunidade em geral.

“Queremos ouvir propostas que possam nos ajudar a construir um sistema de saúde mais humano, que represente um avanço em relação ao quadro atual de problemas”, avalia o vereador. O prefeito Ari Basso e a secretária Municipal de Saúde, Leila Couto, também foram convidados para participar da audiência.

Pregão para arrecadar recursos contra invasões indígenas pode chegar a R\$ 3 milhões

SÍTIO CANAL DO PRODUTOR, 04.12.2013



A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) dará o apoio necessário para que as entidades representativas dos produtores rurais do Mato Grosso do Sul promovam no próximo dia 7/12, a partir das 14h, em Campo Grande, um leilão para arrecadar recursos para ações contra as invasões indígenas. O convite para o "Leilão da Resistência" foi feito pelo vice-presidente da Federação de Agricultura e Pecuária de MS (Famasul), Almir Dalpasquale, em reunião almoço da FPA, nesta terça-feira. No pregão, serão ofertados animais, cereais, máquinas e produtos doados pelos próprios agricultores e pecuaristas do Mato Grosso do Sul, estado com o maior número de propriedades invadidas. Os promotores do leilão estimam uma arrecadação de R\$ 3 milhões.

Almir Dalpasquale explica que os recursos arrecadados serão utilizados na mobilização dos produtores, em logística, pagamento de honorários de advogados, divulgação e até mesmo para a segurança das fazendas, "uma vez que o Estado tem sido omissor em garantir o direito de propriedade", justifica.

Enrolação - O presidente da FPA, deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS) ressaltou que o leilão mostra o que todo o setor produtivo rural já sabe: o descaso do governo federal com as demarcações das terras indígenas. Omissão que está trazendo insegurança jurídica no campo. Ele criticou com veemência a minuta da portaria do Ministério da Justiça, em consulta pública, sobre as demarcações promovidas pela Funai. "Esse documento é uma total enrolação, não dá para aceitá-lo".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 220 / 2013

Brasília, 04 de dezembro de 2013.

O deputado Reinaldo Azambuja (PSDB-MS), membro da FPA, informou que desde a abertura oficial, dia 18 de novembro passado, a campanha do "Leilão da Resistência", já recebeu cerca de mil cabeças de gado, além de toneladas de soja, milho, algodão, etc. "Esses animais e esses produtos foram doados pelos próprios pecuaristas e agricultores. O movimento conta com a adesão e apoio de várias entidades, de empresas do setor e de instituições de outros segmentos produtivos do estado", destacou.

Assessoria de Comunicação Digital do Sistema CNA/SENAR com FPA

(61) 2109-1382

www.canaldoprodutor.com.br



Secretaria da Mulher reúne comunidades quilombolas e poder público para dialogar sobre plano de ações

SÍTIO AGÊNCIA ALAGOAS, 04.12.2013

Encontro com presença de gestores estaduais, municipais e federais

A Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos articulou, nesta terça-feira (03), uma reunião entre líderes das comunidades quilombolas e entidades públicas para discutir ações realizadas até 2013 e previstas para o ano de 2014. A reunião foi realizada na sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), no bairro de Mangabeiras.

O encontro reuniu gestores estaduais, municipais e federais para dialogar com líderes das quase 66 comunidades quilombolas certificadas em Alagoas. "Essa reunião é importante para aproximar as comunidades quilombolas e o poder público. Sempre em prol de um trabalho integrado", argumentou a Katia Born.

Durante a reunião, a Funasa mostrou e analisou o mapeamento feito da realidade sanitária desta população que chega a quase 30 mil, de acordo com o órgão. "Dificuldades temos, mas temos ousadia para tentar melhorar a qualidade de vida desta população", disse Marcelino, técnico da Funasa, que também exaltou a importância da secretaria para as comunidades quilombolas: "a criação [da secretaria] foi um ponta pé de autoestima".

O superintendente de Direitos Humanos, Geraldo de Majella, disse acreditar que o conhecimento é capaz de transformar. "As comunidades têm avançado nos últimos anos na sua organização e também na relação com o poder público. Quanto mais informações os quilombolas dispõe, maior a possibilidade de lutar por políticas públicas".